

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

Vinícius Soares Solano

Limites da autogestão em fábricas recuperadas e as contradições do capital

Juiz de Fora
2019

Vinícius Soares Solano

Limites da autogestão em fábricas recuperadas e as contradições do capital

Monografia apresentada pelo acadêmico Vinícius Soares Solano ao curso de Administração da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial a obtenção do título de Bacharel em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Elcemir Paço Cunha

Juiz de Fora

2019



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Termo de Declaração de Autenticidade de Autoria

Declaro, sob as penas da lei e para os devidos fins, junto à Universidade Federal de Juiz de Fora, que meu Trabalho de Conclusão de Curso é original, de minha única e exclusiva autoria e não se trata de cópia integral ou parcial de textos e trabalhos de autoria de outrem, seja em formato de papel, eletrônico, digital, audiovisual ou qualquer outro meio.

Declaro ainda ter total conhecimento e compreensão do que é considerado plágio, não apenas a cópia integral do trabalho, mas também parte dele, inclusive de artigos e/ou parágrafos, sem citação do autor ou de sua fonte. Declaro por fim, ter total conhecimento e compreensão das punições decorrentes da prática de plágio, através das sanções civis previstas na lei do direito autoral¹ e criminais previstas no Código Penal², além das cominações administrativas e acadêmicas que poderão resultar em reprovação no Trabalho de Conclusão de Curso.

Juiz de Fora, _____ de _____ de 2019.

Vinícius Soares Solano

¹ LEI Nº 9.610, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências.

² Art. 184. Violar direitos de autor e os que lhe são conexos: Pena - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano ou multa.

**ATA DE DEFESA DO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

Ao ____ dia do mês de _____ de _____, nas dependências da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal de Juiz de Fora, reuniu-se a banca examinadora formada pelos professores abaixo assinados para examinar o Trabalho de Conclusão de Curso de Vinícius Soares Solano, discente regularmente matriculado no Bacharelado em Administração, sob o número 201126040, intitulado “Limites da autogestão em fábricas recuperadas e as contradições do capital”. Após a apresentação e consequente deliberação, a banca examinadora se reuniu em sessão fechada, considerando o discente _____ . Tal conceito deverá ser lançado em seu histórico escolar quando da entrega da versão definitiva do trabalho, impressa e em meio digital.

Juiz de Fora, ____ de _____ de _____.

Prof. Dr. Elcemir Paço Cunha
Orientador

Prof. Dr. Henrique Almeida de Queiroz

Prof. Dr. Leandro Ribeiro da Silva

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos meus familiares e amigos, que estiveram ao meu lado, incentivando e desejando sempre o melhor em minha vida.

Aos professores Henrique Almeida de Queiroz e Leandro Ribeiro da Silva, meus mais sinceros agradecimentos por, prontamente, terem aceitado o convite de participar da banca de avaliação.

Ao professor Elcemir Paço Cunha, que sempre me auxiliou durante toda a graduação. Professor comprometido com a educação e admirado por todos os seus alunos.

A minha namorada (Deborah), por ser sempre a melhor presença em minha vida. As coisas ficam muito mais fáceis ao lado dela. Tenho sorte!

RESUMO

O presente trabalho buscou realizar por meio da pesquisa bibliográfica, apontamentos em relação aos limites da autogestão para uma superação da lógica de produção e reprodução do capital. Neste contexto, as experiências das empresas recuperadas por trabalhadores foram a matéria prima dessa pesquisa.

Por se tratar de um tema ainda pouco explorado e debatido no interior da graduação em administração, comparado a heterogestão desenvolvida nas empresas capitalistas, buscou-se apresentar alguns conceitos introdutórios em relação a autogestão, para que o leitor pudesse se familiarizar com o assunto. O mesmo vale para algumas categorias marxistas utilizadas como base para nossa análise.

Os resultados obtidos apontaram que a autogestão se dá no capitalismo de forma contraditória. Ao mesmo tempo em que oferece maior participação aos trabalhadores, mantém a lógica de exploração do capital sobre o trabalho. Altera a forma, mas não o conteúdo da exploração capitalista.

Palavras-chave: Autogestão. Empresas recuperadas por trabalhadores. Organização do trabalho.

ABSTRACT

The present work tries to find out, through bibliographic research, the limits of self-management to overcome the capital's production and reproduction logic. In this context, the experiences of worker-recovered companies were the base of this research.

In Business Administration undergraduate schools, this topic hasn't been developed and debated compared to the heterogeneous management developed in capitalist companies. Therefore, it was attempted to present some introductory concepts regarding to self-management so readers could become more familiar with those questions. The same applies for some Marxist categories used as the basis for this analysis.

The obtained results indicated that self-management occurs in capitalism in a contradictory way. At the same time that it offers greater participation to the workers, it maintains the capital's logic of exploitation over labor. It changes in form, but not the content of capitalist exploitation.

Keywords: Self-management. Companies recovered by workers. Organization of work.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 AUTOGESTÃO E SEUS CONDICIONANTES	15
2.1 O que é autogestão	16
2.2 Experiências Autogestionárias	20
2.2.1 Os pioneiros de Rochdale.....	21
2.2.2 A Comuna de Paris.....	25
2.3 Autogestão no capitalismo	29
3 COOPERAÇÃO E O PROCESSO DE VALORIZAÇÃO DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA.....	33
3.1 Cooperação no capitalismo	34
3.2 Processo de valorização no modo de produção capitalista	40
4 EMPREENDIMENTOS RECUPERADOS POR TRABALHADORES	44
4.1 Relacionamento entre os trabalhadores e “Achatamento Salarial”	45
4.2 Para além dos muros das ERTs	47
4.3 Apontamentos sobre as tecnologias capitalistas e as empresas recuperadas	49
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
6 REFERÊNCIAS	58

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho, de caráter ensaístico, tem como objetivo principal identificar algumas das contradições que demarcam a autogestão³ no capitalismo, principalmente a partir dos exemplos das empresas recuperadas. O argumento basilar, ao inspecionar tais exemplos concretos, é de que eles próprios revelam centralmente que ao passo que a forma autogestionária se mostra como experiência de organização mais horizontalizada e, assim, como um possível modelo de organização dos trabalhadores para além das classes sociais na produção, tal forma não é capaz de alterar inteiramente o conteúdo que segue marcado pela lógica do capital. Pois esta se dá no limite das possibilidades demarcadas pela permanência do capital (e sua técnica) e do mercado competitivo que o acompanha nos marcos do capitalismo.

Os empreendimentos autogestionários como as fábricas recuperadas, cooperativas e coletivos de economia solidária, apresentam-se como alternativas ao crescente desemprego proporcionado pelas crises estruturais do capitalismo⁴. Os trabalhadores associados pertencentes a essas organizações, ao herdarem as condições de produção e reprodução de uma empresa no mercado capitalista, “se obrigam a assumir as funções de personificação do capital. Sendo assim, a superação jurídica da propriedade dos meios de produção, não é suficiente para a derrocada do sistema orgânico do capital” (ZAMORA, 2014, p. 90).

Parte-se do pressuposto de que essas crises econômicas vividas nos dias atuais, são causadas por questões estruturais ao capitalismo e que as medidas de austeridade empreendidas por diversos governos estão contribuindo para o aumento da desigualdade e pauperização dos trabalhadores. A autogestão surge, então, como uma alternativa com potencial variado e contingente para a luta dos trabalhadores contra o desemprego, através de uma organização da produção mais horizontalizada e sem a presença do capitalista detentor dos meios de produção.

Os empreendimentos autogestionários trazem em seu interior as condições econômicas de uma empresa capitalista. Mesmo alterando a forma como se dá a relação produtiva através de um modo de organização mais horizontalizado, com maior autonomia, através de uma democracia direta ou delegada e a conquista da socialização dos meios de produção, dentre outras características, os trabalhadores ainda respondem aos imperativos do modo de

³ Por autogestão, em sentido *lato*, entende-se o conjunto de práticas sociais que se caracteriza pela natureza democrática das tomadas de decisão, que propicia a autonomia de um "coletivo". É um exercício de poder compartilhado, que qualifica as relações sociais de cooperação entre pessoas e/ou grupos, independente do tipo das estruturas organizativas ou das atividades, por expressarem intencionalmente relações sociais mais horizontais (ALBUQUERQUE, 2003, p.20).

⁴ Sobre o tema, fica indicado a leitura do Livro *A Crise Estrutural do Capital* (MÉSZÁROS, 2011).

produção capitalista. O desvendar dessas contradições é o objetivo principal do presente trabalho.

Essa pesquisa está inscrita no campo do trabalho e busca desvelar seu relacionamento contraditório com o capital. Para tanto, este estudo é fundamentado no método de Marx. Em relação a esse método (materialismo dialético), Marx o descreve, primeiramente, no prefácio d'*à Crítica da Economia Política*:

Minhas investigações me conduziram ao seguinte resultado: as relações jurídicas bem como as formas do Estado, não podem ser explicadas por si mesmas, nem pela chamada evolução geral do espírito humano; essas relações têm, ao contrário, suas raízes nas condições materiais de existência, em suas totalidades, condições estas que Hegel, a exemplo dos ingleses e dos franceses do século 18, compreendia sob o nome de “sociedade civil”. Cheguei também à conclusão de que a anatomia da sociedade burguesa deve ser procurada na Economia Política. [...] O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu-me de guia para meus estudos, pode ser formulado, resumidamente, assim: na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material, condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência (2008, p. 47).

As análises, realizadas, baseiam-se em categorias marxistas, que nos servem de apoio para a compreensão dessas relações materiais da sociedade. Apreendendo o real funcionamento da produção capitalista e, superando assim, suas formas mistificadas de análise da produção e reprodução do capital, pretendemos caminhar em direção ao desvelar do relacionamento capital x trabalho. O objetivo de apresentar os fundamentos do modo de produção capitalista, e suas relações de produção e de circulação, são temas centrais na obra de Marx (MARX, 2013, p. 78). Neste contexto, a autogestão, surge como uma forma diferenciada de se produzir e reproduzir o capital.

Compreendendo o caráter histórico e transitório do capitalismo, desmistificamos os teóricos que pregam o fim da história, ou a impossibilidade de uma superação do atual modo de produção vigente. Observando a autogestão por uma ótica marxista, pretendemos desnudar a relação de exploração do trabalhador realizada pelo capital. Relacionamento este que visa à busca contínua de valorização por meio da mercadoria trabalho.

A discussão sobre o método⁵ em Marx é um tema extenso, não sendo objetivo deste trabalho aprofundá-lo. Entretanto, a metodologia nos estudos de Marx “é um ponto dos mais importantes, pois muitas de suas contribuições novas e mais significativas são precisamente de caráter metodológico” (SWEEZY, 1962, p. 37). Gyorgy Lukács (2003), no prefácio da edição de 1967 de seu livro *História e Consciência de Classe*, afirma que:

Embora não o admitamos, suponhamos que pesquisas recentes tivessem demonstrado incontestavelmente a falsidade objetiva de cada uma das afirmações particulares de Marx. Todo marxista “ortodoxo” sério poderia reconhecer incondicionalmente todos esses novos resultados, rejeitar cada uma das teses de Marx, sem ter de renunciar por um minuto sequer à sua ortodoxia marxista. Marxismo ortodoxo não significa, portanto, um reconhecimento acrítico dos resultados da investigação de Marx, não significa uma “crença” nesta ou naquela tese nem a exegese de um livro “sagrado”. A ortodoxia, em questão de marxismo, refere-se, antes, exclusivamente ao método. É a convicção científica de que o método correto de investigação foi encontrado no marxismo dialético, de que esse método só pode ser completamente desenvolvido e aprofundado no sentido dos seus fundadores (LUKÁCS, 2003, p. 29-30).

Conforme expõe Lukács, as teses isoladas de Marx, não devem, necessariamente, ser tratadas como incontestáveis, pois estas refletem as análises realizadas pelo autor em um determinado momento. É preciso compreender o caráter transitório das relações sociais em todos os períodos da história humana. Para que assim, não cometamos o mesmo erro do pensamento não marxista, que “pode, caracteristicamente, compreender o caráter transitório de todas as ordens sociais anteriores, ao passo que a mesma faculdade crítica falha quando se trata do próprio sistema capitalista. [...] Para o pensador moderno típico, como disse Marx, “houve história, mas já não há” ” (SWEEZY, 1962, p. 48).

Entendemos então, que o método em Marx tem, como interesse primordial, compreender a sociedade e seu processo de modificação social como um todo.

A Economia Política – a anatomia da sociedade – é importante não só em si mesma, mas porque é nessa esfera que se encontra o ímpeto da modificação social. Devemos acentuar, já que o contrário tem sido afirmado com tanta frequência, que Marx não procurava reduzir tudo a termos econômicos. Tentava, antes, descobrir as verdadeiras inter-relações entre fatores econômicos e não-econômicos na totalidade da existência social (SWEEZY, 1962, p. 41).

A análise da sociedade e seu constante movimento (mutação) proporciona a esse método um caráter revolucionário se comparado ao pensamento burguês. Esse pensamento

⁵ Deixo aqui a indicação de alguns autores que trataram do tema de maneira mais completa: Sweezy (1962), Lukács (2003) e Netto (2011).

tipicamente capitalista materializa-se, particularmente, no curso de administração, onde os interesses estão voltados a formação de mão-de-obra qualificada para implementação da gestão e conseqüente valorização do capital, indicando desde já, a sua perspectiva conservadora.

O reduzido número de estudos sobre autogestão no interior dos cursos de administração é prova do quanto esse tema pode ser contestador à apologética do capital. O debate sobre autogestão é muito escasso na formação dos futuros administradores. O currículo dos discentes de administração⁶ refletem, tradicionalmente, técnicas e práticas instrumentalistas, comumente ligadas a métodos que ampliem os lucros das organizações, apresentando poucas oportunidades para o debate crítico-reflexivo. Essa formação oferece reduzido espaço para o debate e o estudo de experiências que contrariem a heterogestão⁷, ou seja, trata-se de uma concepção direcionada a gestão tipicamente capitalista.

Em relação ao contexto onde está inserida a autogestão, a questão da autogestão:

[...] é situada e discutida como necessidade histórica, tanto como afirmação de um projeto de emancipação, como negação de uma realidade de alienação. Ao se considerar as experiências concretas de autogestão do trabalho associado, vemos que elas se situam mais como resistência e adaptação ao intercâmbio social do capital, do que numa processualidade dialética (negação e afirmação) de superação da alienação heterogestionária capitalista (BENINI, et al. 2015b, p.1).

As experiências empreendidas pelos trabalhadores organizados, das quais utilizamos como fontes de pesquisa, não contrariam a afirmação anterior. E foram a partir dessas observações, que decidimos realizar o presente ensaio. Percebemos que essas organizações, principalmente as mais duradouras, mantêm-se na órbita das relações tipicamente capitalistas. Mas é muito importante lembrar, que esses experimentos não devem ser taxados como insucessos ou algo do tipo. A comparação entre essas experiências e movimentos autogestionários com maior grau de desenvolvimento, também é algo injusto. É preciso que se leve em consideração questões básicas como o tempo de duração, época, contexto local,

⁶ “O fato é que o ensino em Administração no Brasil é recente e que se trata de uma importação do modelo gerencialista desenvolvido nos Estados Unidos, conforme apregoa Motta (1983) e Bertero (1994). Esse modelo pauta-se predominantemente em uma concepção utilitarista de resultados que torna o indivíduo voltado para uma lógica mecânico-instrumental. Nesse aspecto, Aktouf (2004) menciona a centralidade dos conteúdos dos cursos de Administração embasados em capacidades matemáticas em detrimento de conteúdos culturais e humanistas. Frente a essa realidade, reitera-se da importância de estimular a formação social do graduando enquanto sujeito na sociedade, provocando a tomada de consciência sobre o contexto no qual atua e mais que isso, que essa consciência se reflita em ações. Existe um foco voltado basicamente para conteúdos de caráter técnico, deixando de lado as questões sociais que também permeiam a realidade das organizações” (SILVA, et al., 2013, p.10).

⁷ A heterogestão é uma forma de organização hierarquizada e tipicamente capitalista. “(...) com sua hierarquia, monocracia, formalismo e opressão, afirma a alienação de todos, torna-se jesuítica (secreta), defende-se pelo sigilo administrativo, pela coação econômica, pela repressão política” (TRAGTENBERG, 1977. p. 190).

desenvolvimento tecnológico, entre outros pontos. Antes, essas organizações apresentam como mérito, a representação da luta de trabalhadores organizados e, dessa maneira, precisam ser analisadas.

Grande parte das experiências de autogestão organizadas por trabalhadores, analisadas neste ensaio, foram extraídas dos estudos de Henriques (2014). O referido autor realizou sua pesquisa com empresas recuperadas (por trabalhadores) no Brasil e na Argentina. Outros trabalhos também foram analisados e serviram como fonte de experiências para nosso ensaio. Como foi o caso dos trabalhos de Fernandes (2012), Novaes (2007), Nascimento (2019), entre outros autores, que utilizamos para a finalidade antes exposta.

Em alguns momentos, serão realizados apontamentos em relação à busca do capital por sua contínua autovalorização, ou seja, a produção e reprodução do capital. Por esse motivo, convém desde já, apresentarmos mesmo que de modo introdutório, a categoria valor em suas determinações objetivas.

A geração de valor no capitalismo se dá através da produção de mercadorias e sua posterior troca (venda) no mercado, onde essa valorização (até então potencial) se realiza de fato. Mas, só produz valor, aquela atividade onde o capitalista compra a mercadoria trabalho, emprega seu capital e conseqüentemente gera outra mercadoria que necessariamente detenha valor de uso e valor de troca. Apropriando-se do mais-valor gerado nesse processo.

Consideremos um capitalista que compre mercadorias de outro capitalista (produtor de mercadorias) e as revenda no mercado (caso típico das empresas do setor de comércio), este não estará gerando valor para o capital. O que o referido capitalista estará realizando é a apropriação de parte do mais valor gerado na produção dessas mercadorias por ele comprada. A geração de valor só é possível por meio do trabalho útil realizado na produção da mercadoria. É o trabalho socialmente necessário para a produção da mercadoria, quem confere o seu valor.

É importante indicar então que, o valor de uma mercadoria, não se expressa necessariamente através do seu preço. Antes, o valor de uma mercadoria se expressa pelo tempo de trabalho socialmente empregado na realização daquela mercadoria (NETTO, 2008, p. 90). O preço de uma mercadoria é aquilo como ela se apresenta em relação ao dinheiro⁸

⁸ “Antes do aparecimento do dinheiro, outras mercadorias funcionaram para aferir o valor na sua forma desenvolvida ou total (nalguns lugares o sal, noutros o gado e algures as peles). Na antiguidade, registraram-se lingotes metálicos na Mesopotâmia e no Egito e, no ocidente, eles foram utilizados pela civilização creto-micênica. É na Lídia, por volta de 700 antes de Cristo, que surgem moedas de ouro” (NETTO, 2008, p. 89).

(NETTO, 2008, p. 89). Essa precificação leva em conta o seu valor de troca⁹ e seu valor de uso¹⁰. Mas não só isso, inúmeros fatores podem influenciar, por exemplo, as leis da oferta e demanda do mercado.

O preço expressa o valor, mas não se identifica com ele; inúmeros fatores podem influenciar variações que indiquem preços superiores ou inferiores ao valor efetivo de uma mercadoria.

Entretanto, quando se examina com cuidado a evolução dos preços de mercadorias em séries históricas mais longas (isto é, em períodos mais dilatados), verifica-se que as variações dos preços em relação ao valor acabam por se compensar e, na média, os preços acabam coincidindo com o valor.

Independentemente dessas variações, porém, quando se consolida a produção mercantil, *as mercadorias são trocadas conforme a quantidade de trabalho socialmente necessário nelas investido*. Essa é a chamada **lei do valor** que como todas as leis econômico-sociais, não é a-histórica ou supra-histórica, mas tem um âmbito de validade determinado (NETTO, 2008, p. 90).

O trabalhador no interior do sistema capitalista, só é produtivo quando produz para o capital. Somente no contexto de produção de uma organização que extraia mais valor, esse trabalhador poderá ser considerado produtivo. Um trabalhador individual, pode sim construir um produto para saciar alguma de suas necessidades. Mas esse produto não é uma mercadoria (não foi feito para ser negociado no mercado) e por esse motivo não se enquadra na lógica de valorização contínua do capitalismo. Dessa forma, esse trabalho não é considerado um trabalho produtivo. “Não basta, por isso, que ele produza em geral. Ele tem de produzir mais-valor. Só é produtivo o trabalhador que produz mais-valor para o capitalista ou serve à autovalorização do capital” (MARX, 2017, p. 706).

⁹ O valor de troca aparece inicialmente como a relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de um tipo são trocados por valores de uso de outro tipo, uma relação que se altera constantemente no tempo e no espaço. Por isso, o valor de troca parece algo acidental e puramente relativo, um valor de troca intrínseco, imanente à mercadoria (*valeur intrinsèque*); portanto, uma *contradictio in adjecto* [contradição nos próprios termos]. [...] “Tomemos, ainda, duas mercadorias, por exemplo, trigo e ferro. Qualquer que seja sua relação de troca, ela é sempre representável por uma equação em que uma dada quantidade de trigo é igualada a uma quantidade qualquer de ferro, por exemplo, 1 *quarter* de trigo = *a* quintais de ferro. O que mostra essa equação? Que algo comum de mesma grandeza existe em duas coisas diferentes, em 1 *quarter* de trigo e em *a* quintais de ferro. Ambas são, portanto, iguais a uma terceira, que, em si mesma, não é nem uma nem outra. Cada uma delas, na medida em que é valor de troca, tem, portanto, de ser redutível a essa terceira” (MARX, 2017, p. 158-159).

¹⁰ “Como valores de uso, as mercadorias são, antes de tudo, de diferente qualidade; como valores de troca, elas podem ser apenas de quantidade diferente, sem conter, portanto, nenhum átomo de valor de uso” (MARX, 2017, p. 160).

A dinâmica de produção e reprodução do valor condiciona o trabalhador e o capitalista. O primeiro precisa realizar a atividade assalariada para sua reprodução enquanto indivíduo. Já o capitalista (detentor dos meios de produção) precisa extrair o mais valor continuamente para se manter como capitalista (ou seja, também para sua reprodução). O capital domina o processo de produção, fazendo com que trabalhadores e capitalistas reproduzam a sua dinâmica. A busca incessante pela produção e reprodução do mais-valor.

Essa lógica onde os capitalistas detêm os meios de produção e aos trabalhadores só os restam à venda de sua mercadoria trabalho, é parcialmente rompida no interior das empresas recuperadas por eles. Estes passam a controlar os meios de produção, substituindo a figura do capitalista. É essa alteração na forma de se organizar que as tornam singulares diante as outras organizações.

A autogestão em empresas recuperadas por seus trabalhadores continua sendo uma extraordinária escola de experimentos sociais, podendo contribuir para o aumento do número de empreendimentos e no fortalecimento das empresas já existentes. No entanto, é objetivo deste trabalho, indicar que a tomada do controle de empresas (meios de produção) singulares por parte dos trabalhadores isolados, por si só, ainda não é suficiente para que esses empreendimentos deixem de se orientar por uma lógica capitalista de contínua valorização do capital.

2 AUTOGESTÃO E SEUS CONDICIONANTES

Em *Autogestão em empresas recuperadas por trabalhadores*, Henriques (2014, p.29) afirma que os registros de histórias de autogestão são evidências da não neutralidade da ciência. Isso porque esse modelo de se produzir e organizar por meio de práticas mais democráticas e inclusivas, é desconsiderado em grande parte das ciências administrativas. Nestas áreas, imperam os estudos dos modelos de organizações com grandes lucros, hierarquizadas, assalariadas, competitivas, onde o principal objetivo é o de extrair a maior quantidade possível de mais valor, ou seja, uma produção tipicamente capitalista.

No caso das ciências administrativas, que em suas grades curriculares, na maioria das vezes, ignoram práticas históricas de luta dos trabalhadores por um novo modelo de gestão, essa influência do ideário capitalista é ainda mais forte.

Ao representar um movimento diferente da heterogestão, mesmo que este modelo responda aos ditames do capital, ainda assim, a autogestão fomenta discussões e embates práticos em relação ao processo de produção e reprodução do capital e, daí, as relações sociais entre os homens.

Na revisão bibliográfica sobre o conceito de gestão, nota-se que o mesmo [grade curricular das ciências administrativas] não considera sistemas de auto-organização dos trabalhadores. Dias (2002), discorre sobre as semelhanças e diferenças entre conceitos de gestão e administração, identifica em autores clássicos como Peter Drucker, Henry Fayol e Frederick Taylor, que a principal convergência reside na necessidade de influência sobre terceiros, ou seja, tanto a gestão quanto a administração são exercidas sobre outro indivíduo, “para coordená-lo, orientá-lo e dirigi-lo” (p.6).

Tal postura ancora-se numa visão que eterniza as formas de gestão capitalistas, desconsiderando históricas experiências de auto-organização da classe operária. Marcuse (1997) em *cultura e sociedade* fala da redução do conceito de trabalho ao de trabalho econômico. Para o autor, o trabalho econômico tal qual o conhecemos hoje, direcionado para os interesses de uma classe específica, “se restringe progressivamente à atividade dirigida, não livre” (p.8) (HENRIQUES, 2014, p.29).

É possível identificar em vários momentos da história, exemplos de experiências de autogestão. Cada um desses experimentos guardam características de luta que são próprias do período em que elas se desenvolveram.

No Brasil, especificamente, a experiência vivenciada em Santa Catarina, no ano de 2002 (DAL RI, 2007), referente a tomada de controle das fábricas do grupo Cipla (indústria de plásticos), mostra o quanto o movimento de autogestão das fábricas pode ser um importante instrumento de contestação e mudança social. Quando esses empreendimentos passam a influenciar não só suas lutas trabalhistas, mas, até mesmo, questões sociais para além dos muros das fábricas, como por exemplo, a luta pela reforma agrária (TADOKORO,

2013) através do apoio a movimentos como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Surge nessas organizações controladas pelos trabalhadores, outra forma de se pensar e organizar a sociedade.

A reintegração de posse de duas das três fábricas do grupo Cipla (em 2007) por meio de decisão judicial e o posterior afastamento das pessoas mais diretamente envolvidas com a gestão da empresa (mesmo tendo sido elas eleitas diretamente pelos trabalhadores), reforçam o quanto essas experiências de ocupações e controle de fábricas podem ser desafiadoras às classes dominantes.

Ao assumirem o controle de uma organização, os trabalhadores necessitam, além de enfrentar a desconfiança do mercado, superarem os desafios encontrados em um parque tecnológico defasado, dívidas com fornecedores e clientes, entre outros fatores. Muitas vezes, a má administração proporcionada pelo antigo proprietário da empresa, responsável pelo estado atual da organização, não permite que essa experiência seja duradoura. Restando aos trabalhadores associados apenas as dívidas e prejuízos. “Mesmo quando essa situação é superada, resta aos produtores associados enfrentar o mercado, lutando entre fornecedores, clientes e concorrentes para que sobre aos produtores uma parte da mais-valia distribuída, suficiente para remunerar a reprodução da força de trabalho” (ZAMORA, 2014, p. 92).

As potencialidades apontadas em relação a tomada das fábricas pelos trabalhadores, proporcionando até mesmo uma aproximação entre diferentes lutas sociais, não são capazes a princípio, de alterar as relações de produção, por se tratarem de experiências isoladas no interior do capitalismo. Percebemos que o capital enquanto relação social totalizante que é, só pode ser superado através de um processo de transformação completa das relações sociais (VERAGO, 2011, p. 5). Essas transformações passam por modificações não só no modo de produção como também na maneira como consumimos e nos relacionamos, ou seja, através da superação da lógica de valorização do capital que está presente a todo momento em nossas vidas.

2.1 O que é autogestão

Ao modelo de auto-organização do trabalho pelos próprios trabalhadores, dá-se o nome de Autogestão. Nesse modelo, os participantes decidem de forma “igualitária” os rumos que a organização da qual fazem parte devem tomar.

René Berthier (2005) apresenta em um artigo publicado no ano de 1971 na revista *Autogestion et socialism*, um conceito mais amplo a respeito da autogestão. Para o autor:

Hoje, essa palavra, muito degradada, empregada por quase todo o mundo, perdeu muito de sua significação, na medida em que a realidade que ela implica pode ser extremamente variável segundo aquele que a reivindique.

“Autogestão” é, antes de tudo, o meio de pôr em aplicação o princípio: a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores. Isso implica estruturas organizacionais que permitem a aplicação desse princípio. Essas estruturas são, de saída, essencialmente organismos de base que permitem a expressão de todos os trabalhadores, simultaneamente no plano da empresa e no local de moradia (BERTHIER, 2005, p. 1).

Esse conceito mais amplo em relação à autogestão, que abarca desde os meios de produção individualizados (empreendimentos isolados uns dos outros) até as diferentes organizações sociais, é, em nosso entendimento, a concepção que mais se aproxima de uma tentativa de superação das relações objetivas capitalistas, surgindo como um caminho para além do capital e sua lógica de valorização, conforme apontaremos mais adiante.

Autogestão significa antes de tudo: "gestão direta dos trabalhadores no organismo de base". As diferentes modalidades pelas quais os trabalhadores decidem a organização, a gestão etc., desse organismo de base, por mais importantes que elas sejam, não são essenciais. As diferenças específicas de cada empresa, localidade etc., tornarão necessárias modalidades diferentes de organização. Uma empresa como a Renault não será organizada do mesmo modo que um banco, pela simples razão que as condições objetivas de trabalho são diferentes. (BERTHIER, 2005, p. 1)

Assim como Berthier (2005), não é o nosso objetivo aqui antecipar um “estatuto modelo” de autogestão. Entendemos que esses “modelos” terão de ser desenvolvidos de modo prático pelos homens concretos, levando-se em consideração as relações sociais de determinado momento histórico em que essas experiências se encontrem. Somente por meio da superação das dificuldades objetivas que cada organização enfrenta, ou seja, um número variável de questões, é que poderemos avaliar seu grau de desenvolvimento e formatação em relação a autogestão. E esse grau de desenvolvimento varia também de acordo com o tipo de atividade desempenhada por cada organização e seu nível de complexidade.

A palavra *Autogestão* pode ser considerada um termo ainda muito recente, tendo sido registrada pela primeira vez em meados do século XX na França, para denominar o modelo de governo do General Tito na Jugoslávia. Porém, no século XIX, já se tinham relatos de experiências ditas “autogestionárias”, como é o caso dos pioneiros de Rochdale que analisaremos posteriormente. Viana em seu artigo “*o que é autogestão?*”, afirma que a mesma não se trata apenas de mero “método de gestão de empresas”, apontando ainda que:

A autogestão é uma relação de produção que se generaliza e se expande para todas as outras esferas da vida social. A autogestão inverte a relação entre trabalho morto e

trabalho vivo instaurada pelo capitalismo e, assim, instaura o domínio do trabalho vivo sobre o trabalho morto¹¹.

A autogestão significa que os próprios “produtores associados” dirigem sua atividade e o produto dela derivado (VIANA, 2007, p. 9).

É importante deixar indicado que a assunção dos trabalhadores ao posto de proprietários ou “produtores associados”, por si só, em um primeiro momento, não é capaz de alterar sequer a dependência do próprio empreendimento perante as forças econômicas e os imperativos do modo de produção capitalista. Entretanto, a partir dessas experiências, os trabalhadores desenvolvem por meio da práxis, alternativas que podem modificar as relações tipicamente¹² capitalistas exercidas nessas organizações.

Na pesquisa de Viana (2014), fica indicado também a impossibilidade da autogestão no interior do modo de produção capitalista. Para o autor, a autogestão apresenta-se com caráter totalizante, englobando o processo produtivo e o conjunto de todas as relações sociais.

A palavra autogestão, especialmente a partir de 1980, passou a ser usada para designar coisas como “democracia direta”, “forma de gestão ou administração”, “cooperativa” ou “economia solidária”, entre outras concepções ideológicas. Todas essas concepções são ideológicas por utilizar o termo autogestão como se fosse apenas uma parte da sociedade, algo restrito, e que, a partir desse processo de extração do conteúdo totalizante do conceito, pode pensá-lo no interior de outra totalidade, ou seja, dentro do capitalismo (VIANA, 2014, p. 196).

Entendemos que a banalização do significado de autogestão faz com que seu conceito se torne vazio. Tudo poderia vir a ser autogestão, até mesmo práticas que servem apenas para o fortalecimento da exploração do trabalhador. É preciso, então, que seja realizado o exercício do apontamento de experiências que busquem a emancipação do trabalhador e a apropriação dos meios de produção. Mesmo que de maneira pouco efetiva são essas as experiências práticas que no interior de uma sociabilidade capitalista, diferem-se (ao menos em parte) da heterogestão capitalista.

Em relação à perspectiva teórica de alguns autores, que entendem ser a autogestão, possível apenas com a superação do capitalismo, Henriques (2014, p. 55) aponta:

¹¹ O trabalho morto representa a maquinaria das indústrias. Juntamente com o trabalho vivo (aquele executado pelos trabalhadores empregados), é responsável pela produção de mercadorias, mas ao contrário deste, não produz mais valor. Assim como o trabalho vivo, ele também é mercadoria, e expressa seu valor segundo o trabalho socialmente necessário para a sua produção. É trabalho morto, pois representa trabalho anteriormente realizado por outros trabalhadores, que se materializa como meios de produção.

¹² Ou seja, de maneira simplista, essas são relações nas quais o proprietário do capital, detentor dos meios de produção, compra a mercadoria força de trabalho de seus empregados, que por sua vez produzem mercadorias que serão vendidas por determinado preço de mercado e com o dinheiro em posse do patrão (burguês), possibilitará o início de outro ciclo de produção e geração de mais valor. Mais a diante abordaremos de maneira mais detida a geração do valor que caracteriza a produção tipicamente capitalista.

Essa perspectiva que pensa na autogestão como superação do sistema atual é importante para a manutenção do que Nascimento (2007), baseado em Ernst Bloch, chama de utopia concreta, que é o “extraordinário possível”, a antecipação do que ainda não é. Entretanto se aproxima da perspectiva maximalista¹³ apontada por Mothé (2009), cujo principal risco é o de ignorar as experiências concretas ou projetar nelas um modelo ideal que nunca encontrarão.

Já a questão, de se pensar em autogestão apenas após a superação do capital, Mothé alerta para o que chama de paradoxo antecipatório da autogestão:

Uma vez que ela é pensada senão em uma sociedade futura, pós-capitalista, a autogestão aparece paradoxalmente como sendo de ordem profética: 1) Afirma-se que são os cidadãos que exercerão soberana e diretamente sua decisão. Se não podemos saber o que eles decidirão, afirmamos que sua decisão será de uma natureza diferente das decisões políticas atuais. O futuro autogestionário não será o portador das heranças culturais passadas, demonstrando assim que a autogestão se inscreve no quadro das luzes, onde a história se renova permanentemente. 2) Embora o futuro seja novo, os partidários da autogestão se acreditam suficientemente esclarecidos para já anunciar o que os cidadãos decidirão imperativamente – a supressão do capitalismo e da economia de mercado. Esta afirmação surpreende, pois tem lugar num país [França] onde a direita recolhe a maioria dos votos e onde a esquerda não reivindica mais a abolição do capitalismo (MOTHÉ, 2005, p. 108 – 109 *apud*¹⁴ HENRIQUES, 2014, p. 55).

Reconhecemos que nem toda experiência dita autogestionária apresenta algumas características básicas. Como por exemplo, o controle dos meios de produção pelos produtores associados e a existência de espaços de gestão que permitam ao coletivo de trabalhadores interferirem na condução do empreendimento (HENRIQUES, 2014). Entendemos a generalização desse conceito, uma espécie de vulgarização do termo autogestão.

Contudo, mesmo que de maneira pouco desenvolvida, respeitadas essas características básicas, identificaremos ali a autogestão. “Entende-se, portanto, a autogestão como um processo, influenciado por inúmeros fatores, como o contexto histórico e o território onde estão inseridas as experiências” (HENRIQUES, 2014, p. 57).

Seguindo a argumentação de Henriques (2014), não discordamos dos autores que avaliam a incapacidade dessas experiências isoladas interferirem no poder do sistema capitalista e na influência limitadora que este exerce nas práticas de autogestão. Mas

¹³ A concepção política maximalista da autogestão repousa sobre três hipóteses: O sistema capitalista, fator de desigualdade econômica, deve ser destruído para que se realize a autogestão; o exercício do poder corrompe o indivíduo; e os cidadãos livres da exploração capitalista e dos profissionais da política ficarão disponíveis para investir em questões públicas. Afirmando inicialmente que a autogestão não é compatível com a economia de mercado e que só poderá se realizar quando abolida a propriedade privada, os maximalistas priorizam a revolução e não aceitam qualquer tentativa experimental de autogestão. Parecem ignorar a experiência das práticas de democracia direta das cooperativas, das sociedades mutualistas e das associações que se instituíram em reação ao sistema capitalista desde o século XIX (MOTHÉ, 2009, p.27, *apud* HENRIQUES, 2014, p. 53-54).

¹⁴ MOTHÉ, Daniel. Balanço crítico do conceito de autogestão na França. In: Mello, Sylvia Leser de (Org). Economia Solidária e Autogestão: Encontros internacionais. São Paulo: NESOL-USP, ITCP-USP, PW, 2005, p. 102 – 118.

entendemos serem essas organizações, laboratórios sociais para se “experimentar a gestão da classe trabalhadora, criar as bases necessárias para a emergência de outro modelo de organização do trabalho” (HENRIQUES, 2014, p.58).

Mesmo reconhecendo a limitação das iniciativas isoladas, entendo que a experimentação da autogestão e sua sistematização são elementos que podem contribuir para a conformação de uma lógica do trabalho nos estudos organizacionais. Como diz Faria (2009), são elementos de contradição do sistema de Capital em pequena escala. Ou como diz Singer (1998), são implantes socialistas que atuam nas brechas do sistema dominante (HENRIQUES, 2014, p. 58).

O exame das experiências autogestionárias é fundamental para a observação de suas limitações e possibilidades para uma nova sociabilidade (para além do capital). A busca por novas alternativas de organização dos trabalhadores, como forma de melhoria nas condições de vida e valorização do trabalho frente às relações capitalistas de produção, é o que buscamos apresentar brevemente a seguir.

As experiências que serão apresentadas são marcos históricos da autogestão. Muito embora, essas experiências tenham sido realizadas em um curto espaço temporal, ainda assim, trazem seus traços distintivos em relação às organizações tradicionalmente capitalistas.

2.2 Experiências Autogestionárias

Trataremos agora de duas experiências autogestionárias, que de certa forma, desafiaram a sociedade capitalista e suscitaram análises voltadas a situação do trabalhador dentro do modo de produção capitalista que despontava na Europa.

É muito importante deixarmos indicado que várias outras experiências vividas pelos trabalhadores organizados poderiam estar representadas aqui neste trabalho. Entretanto, separamos dois dos primeiros experimentos que podemos indicar conter características autogestionárias (Pioneiros de Rochdale e a Comuna de Paris), além de terem se constituído como um marco histórico. Procuramos assim, demonstrar o início desse movimento de busca por autonomia e luta contra a pauperização e miséria do trabalhador gerada pelo capitalismo.

Dois outros momentos importantíssimos para a compreensão e análise do movimento autogestionário, também aqui merecem ser mencionados como notáveis exemplos históricos: a Revolução Espanhola¹⁵ (ocorrida no período da guerra civil espanhola 1936 – 1939) e a

¹⁵ “Após a vitória da esquerda (Frente Popular) nas eleições de 1936, um golpe de estado comandado por Francisco Franco teve como resposta imediata a revolta armada da população. Com influência do ideário anarquista da Confederação Nacional do Trabalho (CNT), que, segundo Guillerm e Bourdet (1976), meses antes havia aprovado o mais belo programa proletário feito por uma organização sindical no congresso de Zaragoza, as terras foram coletivizadas e as fábricas foram ocupadas e controladas pelos trabalhadores. Como relata Tragtenberg (2008), os proprietários foram declarados ociosos por um tribunal popular e as empresas foram

Revolução dos Cravos¹⁶ (com início em 25 de Abril de 1974 em Portugal). Contudo, devido ao escopo e limitações da pesquisa, não trataremos detidamente sobre eles, mas indicamos serem esses dois exemplos, importantes experimentos da mobilização e controle popular da produção e participação direta da organização dos trabalhadores no Estado.

2.2.1 Os pioneiros de Rochdale

Situado no condado de Lancashire, cidade de Manchester, na Inglaterra, foi criado no ano de 1844 a *Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale*, aquela que seria a primeira grande referência para o cooperativismo e que tinham como objetivos:

- Abrir um armazém para a venda de provisões, roupas, etc...
 - Comprar ou construir um certo número de casas, destinadas aos membros que desejam ajudar-se mutuamente para melhorar sua condição doméstica ou social.
 - Iniciar a fabricação dos artigos que a sociedade estimar conveniente para proporcionar trabalho aos membros que estiverem desocupados ou sujeitos a repetidas reduções de seus salários;
 - A fim de dar a seus membros mais segurança e maior bem estar, a sociedade comprará e adquirirá terras que serão cultivadas pelos sócios desocupados ou cujo trabalho for mal remunerado;
 - Tão logo seja possível a Sociedade procederá a organizar as forças da produção, da distribuição, da educação e do seu próprio governo; ou, em outros termos, estabelecerá uma colônia que se bastará a si mesma e na qual os interesses estarão unidos. A Sociedade ajudará a outras sociedades cooperativas para estabelecer colônias similares;
- A fim de propagar a sobriedade a Sociedade estabelecerá, tão logo seja possível, um salão de combate aos vícios (KEIL, 1982, p. 2).

Em um contexto de pobreza na Inglaterra, tecelões adeptos ao movimento *owenista* decidem fundar uma sociedade baseada na cooperação, com o propósito de melhorarem suas condições de vida. Esses pioneiros são os responsáveis por estabelecerem a mais importante organização da história do cooperativismo:

Ainda que seu objetivo fosse a fundação de uma “colônia auto-suficiente de interesses unidos” (WEBB, 1904. p. 69), esta organização distribuía o excedente comercial (dividendos) entre seus membros de acordo com o valor das aquisições. A Rochdale teve uma rápida expansão e se mostrou útil aos operários em um momento histórico em que estes começavam a entrar em confronto não apenas com os

geridas por um comitê de administração composto por 15 membros eleitos pelos trabalhadores em assembleia geral, com mandato de dois anos. A gestão coletiva, entretanto, ocorreu em todos os âmbitos da vida, tendo sido o dinheiro abolido nas trocas dentro das coletividades locais, que, por sua vez, garantia a gratuidade de inúmeros serviços públicos. (...) A experiência de luta pela autogestão na Espanha, uma das principais da história, teve, entretanto, que combater duas forças poderosas. De um lado o exército fascista de Franco, do outro o Partido Comunista Espanhol (PCE), que segundo Tragtenberg (2008) tinha muito poder dentro do governo republicano. Segundo o autor, em 11 de Agosto de 1938, o governo militarizou as empresas autogeridas, colocando-as sob a direção de membros do PCE. A Revolução Espanhola durou até 1º de Abril de 1939, quando foi esmagada militarmente com a entrada de um governo fascista que durou mais de três décadas no poder” (HENRIQUES, 2014, p. 39-40).

¹⁶ Para uma análise pormenorizada sobre a Revolução dos Cravos, fica indicado a obra de Maurício Sardá de Faria, *Autogestão, Cooperativa, Economia solidária: Avatares do Trabalho e Capital*.

capitalistas, mas com o estado capitalista. A participação das mulheres nas estratégias da Rochdale as colocaram em destaque no movimento, ao contrário do que acontecia nos empreendimentos capitalistas (FARIA, 2009, p. 207).

Em 1844 a cooperativa foi então registrada e, segundo Nascimento, passou a contar com sete princípios básicos para seu funcionamento. São eles:

Livre adesão; administração democrática; sobre o capital emprestado a cooperativa pagaria taxa de juros fixa; repartição do excedente econômico (sem que constitua formas de lucro capitalista); neutralidade política e religiosa; educação dos sócios; e integração cooperativa. (NASCIMENTO, 2019, p. 109)

O fato dessa experiência não seguir à risca as orientações do capitalismo inglês (apresentando espaços de decisões democráticas, supressão da figura do capitalista e etc.), chamou a atenção de Karl Marx, mesmo o autor sendo grande crítico dos chamados socialistas utópicos¹⁷ (reconhecidamente os inspiradores do movimento). Marx reconhece os esforços dos pioneiros de Rochdale e exalta a importância do cooperativismo naquele momento.

Mas o futuro nos reserva uma vitória ainda maior da economia política dos proprietários. Referimo-nos ao movimento cooperativo, principalmente as fábricas cooperativas levantadas pelos esforços desajudados de alguns “hands” [operários] audazes [...]. Pela ação ao invés de por palavras, demonstraram que a produção em larga escala e de acordo com os preceitos da ciência moderna pode ser realizada sem a existência de uma classe de patrões que utiliza o trabalho da classe dos assalariados; que para produzir, os meios de trabalho não precisam ser monopolizados, servindo como um meio de dominação e exploração contra o próprio operário; e que, assim como o trabalho escravo, assim como o trabalho servil, o trabalho assalariado é apenas uma forma transitória e inferior, destinada a desaparecer diante do trabalho associado que cumpre a sua tarefa com gosto, entusiasmo e alegria (MARX; ENGELS *apud* NOVAES, 2011, p. 38-39).

¹⁷ “Os fundadores desses sistemas [socialistas utópicos] compreendem bem o antagonismo das classes, assim como a ação dos elementos dissolventes na própria sociedade dominante. Mas não percebem no proletariado nenhuma iniciativa histórica, nenhum movimento político que lhes seja peculiar.

Como o desenvolvimento dos antagonismos de classes acompanha o desenvolvimento da indústria, não distinguem tampouco as condições materiais da emancipação do proletariado e põem-se a procura de uma ciência social, de leis sociais que permitam criar essas condições.

Substituem a atividade social por sua própria imaginação pessoal; as condições históricas da emancipação por condições fantásticas; a organização gradual e espontânea do proletariado em classe por uma organização da sociedade pré-fabricada por eles. A história futura do mundo se resume, para eles, na propaganda e na execução prática de seus planos de organização social.

Todavia, na confecção de seus planos têm a convicção de defender antes de tudo os interesses da classe operária, como a classe mais sofredora. A classe operária só existe para eles sob esse aspecto, o de classe mais sofredora. Mas a forma rudimentar da luta de classes e sua própria posição social os levam a considerar-se muito acima de qualquer antagonismo de classe. Desejam melhorar as condições materiais de vida de todos os membros da sociedade, mesmo dos mais privilegiados. Por isso, não cessam de apelar indistintamente à sociedade inteira, e de preferência à classe dominante. Bastaria compreender seu sistema para reconhecê-lo como o melhor plano possível para a melhor sociedade possível. Rejeitam, portanto, toda ação política e, sobretudo, toda ação revolucionária; procuram atingir seu objetivo por meios pacíficos e tentam abrir um caminho ao novo evangelho social pela força do exemplo, com experiências em pequena escala e que naturalmente sempre fracassam” (MARX, 2005, p. 66 – 67).

Nos anos seguintes, devido a seu sucesso, a cooperativa de Rochdale aumentou o seu número de empreendimentos e também o número de sócios da organização. Essa modificação no número de associados foi ocasionada pelo aumento da complexidade das atividades e fez com que fosse travada uma batalha de interesses divergentes entre os investidores capitalistas e os trabalhadores. A respeito desses conflitos, Ivete Keil (1982) indica que:

A proposta de participação do trabalho em condições superiores ao capital no empreendimento da indústria têxtil provoca polêmicas.

O sucesso do empreendimento industrial com gestão e distribuição tão democráticas era uma ameaça ao setor industrial da época e diminuiu as possibilidades de lucro dos meramente acionistas.

Em setembro de 1860, conduziu-se uma importante assembleia, tendo como temática, essencialmente, a determinação da forma de remuneração do trabalho. Sob a pergunta “se outorgará ou não um prêmio ao trabalho?” as discussões foram acirradas. (KEIL, 1982, p. 5)

Em um primeiro momento os acionistas saem derrotados das discussões, mas pouco tempo depois conseguem alcançar seus objetivos. De tal maneira, os Pioneiros de Rochdale abandonam “sua proposta inicial e instauram dentro de suas atividades o reconhecimento da exploração do homem pelo homem, ao negar ao trabalho a participação proporcional na distribuição dos benefícios” (KEIL, 1982, p. 6).

A experiência da Sociedade dos Pioneiros de Rochdale, marco inicial do cooperativismo moderno, ofereceu uma nova alternativa de organização dos trabalhadores dentro da produção capitalista. Como apontado anteriormente, ela surge em resposta à penúria a que passava os trabalhadores e foi um importante instrumento de combate à miséria.

Porém, as condições econômicas do liberalismo inglês, conflitavam-se com a proposta cooperativista. O capitalismo liberal opunha-se tenazmente ao cooperativismo e só deixou de opor-se ao mesmo, no momento em que Rochdale abandonou alguns princípios igualitários essenciais, isto é, aceitou o assalariamento, a exploração do homem pelo homem dentro de seu meio.

A partir deste momento, percebe-se a perda de uma ação transformadora no cooperativismo de Rochdale, sobrevivendo uma ação cooperativa que não prejudica os princípios do capitalismo [...] (KEIL, 1982, p. 8).

É importante indicar que a cooperativa de Rochdale não apresentava em seu interior, objetivos para a superação do capitalismo, mas tinha como proposta um novo arranjo de organização do trabalho, que apresentava como mérito, características mais igualitárias e justas, que possibilitaram (pelo menos por certo tempo) a melhoria das condições de vida dos trabalhadores cooperados. Além disso, essa organização desenvolveu uma forma de sociabilidade baseada na participação democrática dos trabalhadores e o trabalho associado (sem a figura do proprietário).

Essa contradição vivida pelos pioneiros de Rochdale, de estar inserida no capitalismo e ao mesmo tempo buscar novas formas de se organizarem e reproduzirem, é uma marca do cooperativismo. Rosa Luxemburgo descreve parte dessa problemática:

Quanto às cooperativas, e antes de tudo, as cooperativas de produção, são elas pela sua essência um ser híbrido dentro da economia capitalista: a pequena produção socializada dentro de uma troca capitalista. Mas, na economia capitalista, a troca domina¹⁸ a produção, fazendo da exploração impiedosa, isto é, da completa dominação do processo de produção pelos interesses do Capital, em face da concorrência, uma condição de existência da empresa. Praticamente, exprime-se isso pela necessidade de intensificar o trabalho o mais possível, de reduzir ou prolongar as horas de trabalho conforme a situação do mercado, de empregar a força de trabalho segundo as necessidades do mercado ou de atirá-la na rua, em suma, de praticar todos os métodos muito conhecidos que permitem a uma empresa capitalista enfrentar a concorrência das outras. Resulta daí, por conseguinte, para a cooperativa de produção, ver-se os operários na necessidade contraditória de governar-se a si mesmo com todo o absolutismo necessário e desempenhar entre eles o mesmo papel do patrão capitalista. É desta contradição que morre a cooperativa de produção, quer pela volta à empresa capitalista, quer no caso de serem mais fortes os interesses dos operários, pela dissolução (LUXEMBURGO, 2005, p. 80-81).

As cooperativas e sindicatos acabam desempenhando um papel de redução dos atritos entre os trabalhadores e o capital. Ao mesmo tempo em que isto pode ser considerado um aspecto importante dessas mediações na luta de classes, mostra também insuficiências diante da impossibilidade de levarem adiante uma luta radical. Essa conformação ocorre quando essas organizações (representando os interesses dos trabalhadores) direcionam suas lutas para questões de ordem prática, por exemplo, melhores salários, empregabilidade e etc., que como apontado anteriormente, são justamente aspectos centrais para a continuidade do funcionamento do modo de produção capitalista.

Todas essas lutas que proporcionam melhor qualidade de vida para os trabalhadores, com toda certeza, estão no bojo das questões trabalhistas e progressistas. Entretanto, para um movimento que visa uma superação das relações tipicamente capitalistas, estas são questões secundárias a discussão, para não dizer obstaculizadoras. O teor dessas contestações mantém o trabalhador dentro do modo como ocorrem as relações de valorização do capital. De certa forma, essas lutas tornam mais palatável a dominação capitalista sobre o trabalho.

A limitação de uma transformação real, em relação ao modo de produção capitalista, por meio de cooperativas e sindicatos, é apontada por Rosa Luxemburgo (2005) em um debate com Bernstein¹⁹. Em relação a esse debate, a autora assinala que:

¹⁸ Essa dominação refere-se ao fato, de que para haver a valorização do capital, é necessário (entre outras coisas), que ocorram trocas (trocas de mercadorias). E as cooperativas replicam essas mesmas práticas, caso contrário, elas não produzirão mercadorias.

¹⁹ “Eduard Bernstein foi durante muitos anos um amigo íntimo e colaborador de Engels, considerado geralmente como marxista ortodoxo e destacado representante da social democracia alemã. Logo depois da morte de Engels,

Os dois meios, graças aos quais se propõe Bernstein a realizar a reforma socialista, isto é, cooperativas e sindicatos, evidenciam-se pois absolutamente incapazes de transformar o modo de produção capitalista. Aliás, o próprio Bernstein tem disso uma vaga percepção, quando os considera apenas como meios de reduzir o lucro capitalista, enriquecendo assim os operários. Mas, com isso, renuncia espontaneamente à luta contra o **modo de produção capitalista**, dirigindo o movimento socialista apenas no sentido da luta contra o modo de repartição capitalista. O próprio Bernstein várias vezes qualifica o seu socialismo de esforço tendente a um modo de repartição “justo”, “mais justo”, e até mesmo, “ainda mais justo” (LUXEMBURGO, 2005, p. 85).

A supressão do modo de produção capitalista é algo que se distancia e muito, dos objetivos de organizações cooperativas, que buscam manterem-se vivas produzindo suas mercadorias (e assim reproduzindo a sociabilidade capitalista). Entretanto, essas organizações não podem ser tratadas com desprezo apenas por não representarem (hoje) uma contestação à lógica do valor.

Na organização de Rochdale, vários preceitos foram extraídos, sendo modelo ainda hoje para o cooperativismo²⁰ em todo o mundo. Seu desenvolvimento (implementação) a partir da organização popular dos trabalhadores, pode ser considerado um de seus maiores méritos em relação ao modelo de produção vigente.

2.2.2 A Comuna de Paris

Outra experiência importante de organização dos trabalhadores, de caráter ainda mais contestador que a experiência inglesa, se deu na França. O movimento revolucionário denominado Comuna de Paris, ocorreu em um curto espaço de tempo, mas deixou profundas marcas em nossa sociedade, indicando a possibilidade de auto-organização dos trabalhadores, a sociabilidade dos meios de produção (eliminando assim a figura do capitalista) e propondo um novo arranjo social voltado aos interesses da classe trabalhadora.

Essa experiência é descrita por muitos pesquisadores como sendo o primeiro movimento no qual o proletariado assume o poder de fato e define, por meio de assembleias, como seria administrada a comuna. Mas é preciso perguntar: “Que é a Comuna, essa esfinge tão atordoante para o espírito burguês?” (MARX, 2011, p. 54).

Para essa pergunta, Marx indica que:

porém, Bernstein lançou o movimento chamado revisionismo, que será sempre ligado ao seu nome” (SWEETZ, 1962, p. 233-234).

²⁰ “A triste história das cooperativas nos países capitalistas, apesar de suas genuínas aspirações socialistas no passado, é eloquente a esse respeito. Mas mesmo as estratégias de subverter as relações de propriedade do capitalismo privado pela “expropriação dos expropriadores” pode, sem a reestruturação radical das relações de troca herdadas, apenas arranhar a superfície, deixando o capital nas sociedades pós-capitalistas – ainda que numa forma alterada – no controle pleno do processo de reprodução” (MÉSZÁROS, 2002, p. 629).

A multiplicidade de interpretações a que tem sido submetida a Comuna e a multiplicidade de interesses que a interpretam em seu benefício próprio demonstram que ela era uma forma política completamente flexível, ao passo que todas as formas anteriores de governo haviam sido fundamentalmente repressivas. Eis o verdadeiro segredo da Comuna: era essencialmente um governo da classe operária, o produto da luta da classe produtora contra a classe apropriadora, a forma política enfim descoberta para se levar a efeito a emancipação econômica do trabalho (MARX, 2011, p. 59).

Para entendermos a comuna de Paris, primeiro devemos entender a conjuntura econômica e política por qual passava toda a França.

Em 1870, a França era então governada pelo imperador Napoleão III, que foi instituído como imperador por meio de um golpe de Estado em 1851. O regime bonapartista de Napoleão III tinha como algumas de suas tarefas, assegurar a ordem, manter a autoridade do governo e combater o “perigo” da revolução proletária, que rondava não só a França como toda a Europa.

A partir do final dos anos 50, Napoleão III começa a implementar algumas medidas liberalizantes, com o intuito de diminuir os crescentes questionamentos em relação a suas políticas. Mesmo com essas medidas, a insatisfação com seu regime continuou aumentando principalmente após graves problemas econômicos e revezes militares.

Em 7 de maio de 1870, é convocado um plebiscito por Napoleão III que tinha o objetivo de “confirmar algumas mudanças liberais da Constituição pretendidas pelo governo, assim como armar um espetáculo de apoio popular ao Império. As seções da Internacional [Associação Internacional dos Trabalhadores] defenderam a abstenção do voto” (MARX, 2011, p.21). As medidas liberalizantes são aprovadas, mas não com o apoio de Paris, mostrando assim que as políticas implementadas por Napoleão não se acomodavam aos objetivos políticos e sociais dos trabalhadores parisienses.

A contragosto da população de Paris e grande parte da França, Napoleão declara guerra a Prússia em 19 de Julho de 1870, dando início assim a guerra Franco-Prussiana. Mesmo com a grande impopularidade da medida, a guerra tem início e com o passar do tempo acaba tomando uma forma desastrosa para Napoleão, ocasionando em sua queda e a capitulação da França pelo exército prussiano de Bismarck.

Em 1º de setembro, começa a Batalha de Sedan que, no dia 2, termina em capitulação francesa, incondicional; as cifras do desastre: três mil mortos, 14 mil feridos, mais de oitenta mil prisioneiros, entre os quais 39 generais e o próprio Imperador. Outrossim, a derrota de Sedan "implicava, cedo ou tarde, a perda do exército [refugiado] em Metz e o sítio de Paris.

A notícia do desastre de Sedan levanta a população de Paris que, no dia 4, invade a Câmara, exigindo a queda do regime; sob a pressão popular, o Império é derrubado, a República proclamada e é formado um Governo de Defesa Nacional. A guerra, poderosa incubadora e acelerador social, deu cria à revolução, época em que os

prazos e ritmos políticos e sociais precipitam-se violentamente (PONGE, 2009, p. 1).²¹

O governo de defesa nacional (GDN) acaba se mostrando nada mais do que o governo de defesa dos interesses da burguesia francesa. O inimigo que o GDN buscava combater não era os soldados da Prússia, mas sim os trabalhadores revolucionários franceses (MARX, 2011).

Os inúmeros fracassos do GDN em conter o avanço prussiano, a perseguição aos opositores e a posterior rendição a Bismarck “foi o estopim de uma crise política da burguesia francesa que abriu caminho para a ação independente das massas” (ANDRADE, 2011, p. 4). A rendição aos alemães não foi aceita pelo comitê central da guarda nacional, comitê este, que decidia seus rumos por meio do voto de seus integrantes.

Tem início a comuna de Paris. A França passa então, a contar com um governo burguês instalado em Versalhes e um governo do proletariado abrigado em Paris e disposto a lutar.

No livro *Guerra civil na França*, podemos localizar uma descrição de quais seriam os objetivos e as possibilidades para a implantação e manutenção desse governo do proletariado.

Lê-se que:

Com todos os grandes centros urbanos organizados em comunas segundo o modelo de Paris, nenhum governo poderia reprimir o movimento por meio de uma reação inesperada. Justamente por meio desse passo preparatório se ganharia tempo para o desenvolvimento interno, a garantia do movimento. Toda a França seria organizada em Comunas auto-operantes e autogovernadas, sendo o exército permanente substituído pelas milícias populares, o exército dos parasitas estatais removido, a hierarquia clerical dando lugar ao mestre-escola, o juiz estatal transformado em órgãos comunais, o sufrágio para a representação nacional deixando de ser um truque para um governo todo-poderoso e tornando-se a expressão deliberada das comunas organizadas, as funções estatais sendo reduzidas a algumas poucas funções para fins nacionais gerais. Tal é a *Comuna – a forma política da emancipação social*, da libertação do trabalho da usurpação dos monopolistas dos meios de trabalho, sejam estes meios criados pelos próprios trabalhadores ou dados pela natureza (MARX, 2011, p. 131).

Marx compreende a comuna de Paris como a ação organizada encontrada pelo proletariado francês, como meio para a realização de sua emancipação frente à classe dominante e todo o Estado Francês. Mas alerta não ser a comuna o objetivo em si para a superação da luta de classes.

A Comuna não elimina a luta de classes, através da qual as classes trabalhadoras realizam a abolição de todas as classes e, portanto, de toda [dominação de] classe

²¹ PONGE, Robert. A Comuna de Paris (1871). Disponível em <<http://web.archive.org/web/20091022154424/http://geocities.com/textosdiversos/comunaparisponge.html>>. Acesso em 19 de jun. de 2019.

(porque ela não representa um interesse particular, mas a liberação do “trabalho”, isto é, a condição fundamental e natural da vida individual e social que apenas mediante usurpação, fraude e controles artificiais pode ser exercida por poucos sobre a maioria), mas ela fornece o meio racional em que essa luta de classe pode percorrer suas diferentes fases da maneira mais racional e humana possível. Ela pode provocar violentas reações e revoluções igualmente violentas.

Ela inaugura a *emancipação do trabalho* – seu grande objetivo –, por um lado, ao remover a obra improdutiva e danosa dos parasitas estatais, cortando a fonte que sacrifica uma imensa porção da produção nacional para alimentar o monstro estatal, e, por outro lado, ao realizar o verdadeiro trabalho de administração, local e nacional, por salários de operários. Ela dá início, portanto, a uma imensa economia, a uma reforma econômica, assim como a uma transformação política (MARX, 2011, p. 131).

Conforme apontado por Marx (2011), a Comuna de Paris mostrou ao proletariado a possibilidade da superação da ordem vigente na França, apresentando a possibilidade de mudança para a classe trabalhadora, das formas sociais de produção.

Elas sabem que a atual “ação espontânea das leis naturais do capital e da propriedade fundiária” só pode dar lugar à “ação espontânea das leis da economia social do trabalho livre e associado” mediante um longo processo de desenvolvimento de novas condições, tal como ocorreu com a “ação espontânea das leis econômicas da escravidão” e com a “ação espontânea das leis econômicas da servidão”. Mas elas sabem, ao mesmo tempo, que grandes passos podem ser dados desde já pela forma comunal de organização política e que é chegada a hora de iniciar esse movimento para elas mesmas e para o gênero humano (MARX, 2011, p. 132).

A Comuna de Paris foi então uma revolução contra o Estado burguês. Destruiu os órgãos que constituíam a máquina estatal. Ela alterou profundamente o funcionamento do Estado e apresentou um novo modo de organização que possibilitou aos próprios trabalhadores administrarem a máquina estatal, ou em outras palavras, a autogestão do Estado pelos trabalhadores.

A Comuna era formada por conselheiros municipais escolhidos por sufrágio universal nos diversos distritos da cidade, responsáveis e com mandatos revogáveis a qualquer momento. A maioria de seus membros era naturalmente formada de operários ou representantes incontestáveis da classe operária. A Comuna devia ser não um corpo parlamentar, mas um órgão de trabalho, Executivo e Legislativo ao mesmo tempo (RAGO FILHO, 2011, p. 18).

Por fim, a comuna é derrotada, tendo recebido o exército de Versalhes (representante legítimo da burguesia francesa) até mesmo o apoio da Prússia. A união de antigos inimigos para a derrota do movimento organizado em Paris é uma clara demonstração do quanto contestadora e ameaçadora essa experiência representou para o espírito burguês.

Em seu livro, Henriques (2014) aponta que em 28 de maio de 1871, terminou a experiência da Comuna num banho de sangue com cerca de vinte mil mortos. Em texto escrito dois dias após o massacre, Marx diz que:

[...] a comuna pretendia abolir essa propriedade de classe que faz do trabalho de muitos a riqueza de poucos. Ela visava a expropriação dos expropriadores. Queria fazer da propriedade individual uma verdade, transformando os meios de produção, a terra e o capital, hoje essencialmente meios de escravização e exploração do trabalho, em simples instrumentos de trabalho livre e associado (MARX, 2011, p. 60).

A análise da experiência da Comuna de Paris, suas especificidades e sua posterior derrocada, faz com que Marx, em seu prefácio do *Manifesto Comunista* de 1872, já reconhecesse²² algo que a revolução Russa de 1917 parece ter ignorado (HENRIQUES, 2014), “a classe operária não pode simplesmente se apossar da máquina do Estado tal como ela se apresenta e dela servir-se para seus próprios fins” (MARX, 2011, p. 54).

As análises derivadas das experiências práticas de autogestão são, em nossa opinião, uma fonte de conhecimento importantíssima para a classe trabalhadora. É interessante ressaltar que em seu curto período de existência, a experiência da comuna de Paris não foi capaz de abolir as diferentes classes da sociedade parisiense, mas forneceu um meio mais racional por onde essa luta poderia percorrer.

Por fim, mesmo que algumas experiências autogestionárias, apresentem com mais clareza seus sinais distintivos em relação a organizações capitalistas, não deveríamos caracterizá-las como um modelo a ser seguido. De modo a desqualificar aquelas outras experiências que apresentam um nível de desenvolvimento autogestionário menor. Esses experimentos, menos desafiadores ao capital, mas mais longevos, possibilitaram em um contexto de crise, a manutenção de seus empregos e uma ressignificação do trabalho desempenhado. Não podendo dessa forma, serem desconsiderados em nossos estudos.

2.3 Autogestão no capitalismo

O conceito de Autogestão é utilizado por diversos grupos e apresenta também variados significados, de acordo com o entendimento dos mesmos. Segundo Guillerm e Bourdet (1976)

²² Erroneamente, alguns autores de tendência anarquista, atribuem a Marx, os descaminhos trilhados pela experiência da revolução (natimorta) de 1917 na Rússia. Separo aqui um trecho do livro *Autogestão: uma mudança radical* (GUILLERM; BOURDET, 1976, p. 13-14) como exemplo: “Se a minoria dirigente da classe operária, nos países socialistas, não tem mais a “propriedade privada” dos meios de produção, ela se reserva a *propriedade privada dos meios de decisão*. Assim, na velha sociedade dividida entre os que possuem e os que não possuem, ocorreu nova divisão de classe entre os *dirigentes* e os *executantes*. Como a análise do “processo de produção asiático” deveria ter-lhe ensinado, Marx não entendeu bem que a dominação não está obrigatoriamente ligada a propriedade formal dos meios de produção. Em consequência, a expropriação dos possuidores não pode, por si mesma, produzir uma sociedade igualitária, homogênea e sem classes, ou seja, onde a justiça seria efetivamente *realizada*”.

Marx, pelo menos cem anos antes do lançamento do referido livro, já reconhecia (como em outras passagens de sua obra) que a simples assunção do proletariado ao controle do Estado, não seria capaz de libertar este, do jugo capitalista. Antes, o proletariado deveria desmantelar todo o velho aparato estatal (MARX, 2011b, p. 141).

o uso generalizado da palavra, criou uma espécie de “saco de gatos”, onde já não se sabe bem os significados que lhes competem.

Devido ao abuso e disputa do termo, alguns autores preferem substituir a palavra por uma outra categoria que possa qualificar esta experiência social de maneira mais específica, como é o caso das empresas recuperadas por trabalhadores (ERTs). Em sua maioria, as ERTs são guiadas por objetivos autogestionários e apresentam, na maior parte das vezes, uma configuração mais horizontalizada se comparada a uma empresa tradicional, ainda que inserida em uma lógica capitalista. Variando, de organização para organização, o nível da participação dos trabalhadores. Chegando ao ponto de apresentarem às mesmas configurações do momento anterior a recuperação da empresa, ou seja, um modelo tipicamente capitalista.

Por vários motivos, esses autores tomam o cuidado de não chamarem estas experiências de empreendimentos de autogestão, por notarem que essa vulgarização na descrição de diferentes experiências de produção e gestão da força de trabalho, como sendo simplesmente de autogestão, podem obscurecer o seu entendimento.

A maior participação dos trabalhadores no interior das unidades de produção, por si só, pode não configurar a autogestão dos trabalhadores. Algumas técnicas de gestão da força de trabalho na produção capitalista, até mesmo incentivam essa maior participação por parte dos empregados, por perceberem, que ela pode aumentar a produtividade da empresa e a satisfação do trabalhador no desempenho de suas tarefas no interior dessa unidade produtiva.

Participar não é autogerir; é simplesmente participar de uma atividade que já existe, que tem sua própria estrutura e finalidade; o participante se mistura quase individualmente ao grupo pré-existente; junta-se aos outros e com eles colabora, mas carece de iniciativa, limitando-se a prestar seu concurso, a dar sua contribuição. Poder-se-ia dizer que ele é mudo para outrem, mesmo se introduz um elemento específico, como o flautista em uma orquestra; contudo, se aceita as diretrizes de outrem, é que assim o quer – de plena vontade, de pleno consentimento, e até mesmo (eventualmente) com grande entusiasmo (GUILLERM; BOURDET, 1976, p. 19).

É preciso se ater, então, ao fato de que muitas das organizações ditas autogestionárias, na prática, seguem uma lógica que sequer se aproxima seja dos exemplos históricos de autogestão, seja das formas mais restritas (como cooperativas ou empresas recuperadas). Mesmo que as relações internas entre os seus trabalhadores sejam pautadas de forma mais democrática, esse participacionismo só é estimulado como forma de melhoria da extração do mais valor. A melhoria da relação de trabalho, por meio do aumento da influência dos trabalhadores nas decisões da organização, em muitos casos, é economicamente viável ao capitalista. A respeito da definição de organizações autogestionárias, Tiriba (2002) expõe que prefere:

[...] não adjetivar um empreendimento de “autogestionário”. Talvez fosse um pouco mais humilde de nossa parte dizer que nestes processos produtivos [de cooperativas populares, fábricas recuperadas] os trabalhadores se inspiram nos princípios da autogestão para poder repensar a organização do trabalho. Penso que chamar, de antemão, esses processos de autogestionários é reduzir o significado da autogestão a um processo que é vivido apenas entre as quatro paredes de um estabelecimento (TIRIBA, 2002, p.3).

Em algumas experiências de controle da fábrica por parte dos trabalhadores, podemos perceber que muitos deles seguiram exercendo as atividades relacionadas diretamente a produção. Enquanto as funções gerenciais continuaram sendo executadas por um número restrito de pessoas, quando não os mesmos gestores que já estavam a frente dessa empresa no período da gestão ortodoxa capitalista. Permanecendo assim, subordinados a uma suposta maior capacidade técnica gerencial dos antigos gestores da empresa (FERNANDES, 2012, p. 13). Além disso, muitos são os casos em que a empresa ocupada, apresenta maquinário obsoleto, não possui dinheiro em caixa, e para se tornarem competitivas diante das outras organizações do setor, aumentam suas jornadas de trabalho, reduzem benefícios anteriormente conquistados, podendo gerar um quadro de superexploração do trabalho mediante os imperativos econômicos.

Segundo Zamora, existe hoje grande número de empreendimentos autogestionários em todo o mundo:

Na América Latina, com o desenvolvimento de políticas neoliberais nos anos 1990, o desemprego estrutural levou muitos trabalhadores a buscarem alternativas de subsistência fora do mercado de trabalho formal. Além disso, com o fim do protecionismo e um elevado grau de desnacionalização da economia, diversas empresas fecharam seus parques produtivos. Algumas dessas empresas foram ocupadas pelos seus trabalhadores que, após um período de luta, conseguiram retomar as atividades produtivas. Esse cenário se verificou com mais força no final da década de 1990 no Brasil; no início dos anos 2000 na Argentina, principalmente depois da crise de 2001; e se verifica agora na Europa, principalmente em países que se encontram atingidos diretamente pela crise econômica de 2008, como é o caso da Grécia, Espanha e Portugal (2014, p.91).

O controle das empresas, através da organização dos trabalhadores, acabou se transformando em uma alternativa de manutenção dos empregos, fatalmente perdidos com o fechamento dessas organizações. Essa alternativa passa a ser tomada mais como medida última para a manutenção do funcionamento da empresa e não mais demissões, do que tentativa de superação por parte dos trabalhadores, da *lógica auto reprodutiva* do capital.

A situação financeira de empresas recuperadas por trabalhadores, normalmente não é muito sólida, apresentando dívidas com seus fornecedores, dívidas trabalhistas e dificuldades

em manutenção do seu maquinário. Mesmo com todos estes problemas herdados, os trabalhadores assumem a responsabilidade de resistirem com as ferramentas que possuem.

As diversas organizações que estabelecem a autogestão como forma de gestão da força de trabalho, acabam invariavelmente, enfrentando a realidade dos imperativos econômicos da lógica do capital, obrigando essas organizações a se alinharem à seus ditames.

Essa lógica, de autovalorização do capital, é necessariamente replicada pelas organizações autogeridas. Como muitas dessas empresas foram recuperadas pelos próprios trabalhadores, ou foram criadas com poucos investimentos, esses trabalhadores têm de se esforçar ainda mais para que essas organizações se mantenham vivas, ou seja, esses trabalhadores se submeterão a jornadas mais longas, salários mais baixos e tudo o mais que torne essas empresas “competitivas”. É a concorrência que efetiva a lei do valor.

As experiências de controle de fábricas que são orientadas pelo caminho da autogestão, são de fundamental importância para o fortalecimento dessa prática. Mesmo que elas não consigam de maneira efetiva, a superação das relações capitalistas de produção, tais experiências servirão como uma espécie de laboratório, onde serão extraídos preceitos práticos, que poderão contribuir com futuras organizações.

Faz-se necessário, a partir daqui, apontar os motivos de mesmo após a alteração da forma como os trabalhadores se relacionam (participação) e se organizam, ainda assim, responderem aos ditames do capital. Trataremos então da cooperação entre os trabalhadores e a problemática em relação à valorização do capital sobre o trabalho.

3 COOPERAÇÃO E O PROCESSO DE VALORIZAÇÃO DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

A cooperação é um pressuposto básico para a produção capitalista e, por esse motivo, nos dedicamos a apontar aqui suas especificidades. Nas palavras de Marx, “A forma de trabalho dentro da qual muitos indivíduos trabalham de modo planejado uns ao lado dos outros e em conjunto, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, porém conexos, chama-se cooperação” (MARX, 2017, p. 499).

A cooperação, ou reunião das forças de diferentes trabalhadores, pode ser encontrada em distintas épocas do desenvolvimento da humanidade, não sendo um traço exclusivo do capitalismo.

Nas primeiras formas de agrupamentos humanos, por exemplo, já existia, mesmo que de forma instintiva, a cooperação simples. Muitos dos animais caçados pelo Homem nesse período eram maiores, mais rápidos e mais fortes que um indivíduo isolado. Para a manutenção e reprodução da vida desse grupo, foi necessário que eles se organizassem de modo a “somarem” suas forças, e assim, alcançassem seus objetivos na empreitada.

O trabalho reunido de diferentes pessoas possibilitou, por exemplo, a construção de grandes obras no antigo Egito. O deslocamento de materiais e a posterior construção das grandes pirâmides surpreendem, ainda hoje, pelo grande esforço empreendido através da cooperação. Essa incrível estrutura de organização (reunião das forças de trabalho) pode ser apontada, juntamente com o modelo de exploração do trabalho daquele tempo, como uma das principais responsáveis pela realização das grandes construções deste período. “O efeito da cooperação simples se apresenta de modo colossal nas obras gigantescas dos antigos asiáticos, egípcios, etruscos etc.” (MARX, 2017, p. 507).

Em épocas passadas, ocorreu que esses Estados asiáticos, depois do custeio de seus gastos civis e militares, encontraram-se em posse de um excedente de meios de subsistência que podiam empregar em obras de suntuosidade ou utilidade. Seu comando sobre as mãos e os braços de quase toda a população não agrícola e a exclusividade que o monarca e os sacerdotes detinham na gerência de tal excedente garantiram-lhes os meios para a construção daqueles portentosos monumentos, com os quais cobriram o país [...] No deslocamento de estátuas colossais e massas enormes, cujo transporte causa assombro, empregou-se quase exclusivamente trabalho humano, e com grande prodigalidade. O número de trabalhadores e a concentração de seus esforços eram suficientes. Do mesmo modo, vemos enormes recifes de corais emergindo das profundezas do oceano, formando ilhas e se constituindo em terra firme, embora cada depositante [*depository*] individual seja ínfimo, débil e desprezível. Os trabalhadores não agrícolas de uma monarquia asiática têm muito pouco a contribuir para uma obra além de seus esforços físicos individuais, mas seu número é sua força, e foi o poder da direção sobre essas massas que originou aquelas obras prodigiosas. O que possibilitou tais empreendimentos foi

a concentração, em uma ou poucas mãos, das rendas das quais vivem os trabalhadores²³ (MARX, 2017, p. 507).

Podemos afirmar, que as grandes construções da humanidade, dependeram direta ou indiretamente, da cooperação entre diferentes trabalhadores para que pudessem ser realizadas. Percebemos então, que a cooperação, não é uma marca exclusiva do capitalismo e encontraremos diferentes experiências de cooperação do trabalho em diferentes períodos, apresentando suas especificidades em relação a como se dá essa reunião das diferentes forças, ou seja, por meio de quais “instrumentos” consegue-se reunir a força de trabalho desse grupo de trabalhadores.

A cooperação no processo de trabalho tal como a encontramos predominantemente nos primórdios da civilização humana, entre os povos caçadores ou, por exemplo, na agricultura da comunidade indiana, baseia-se, por um lado, na propriedade comum das condições de produção e, por outro, no fato de que o indivíduo isolado desvincilhou-se tão pouco do cordão umbilical da tribo ou da comunidade quanto uma abelha da colmeia. Essas duas características distinguem essa cooperação da cooperação capitalista (MARX, 2017, p. 508).

Até aqui, apresentamos apenas o processo da cooperação simples, mas quais seriam então as especificidades da cooperação no modo de produção capitalista? Segundo Netto (2008, p. 84-85):

A produção mercantil capitalista se peculiariza, pois, porque põe em cena dois sujeitos historicamente determinados: o capitalista (ou burguês), que dispõe de dinheiro e meios de produção (que, então, tomam a forma de *capital*), e aquele que pode tornar-se o produtor direto porque está livre para vender, como mercadoria, a sua força de trabalho – o proletário (ou operário). As *classes fundamentais* do modo de produção capitalistas, assim, determinam-se pela propriedade ou não dos meios de produção: os capitalistas (a classe capitalista, a burguesia) detêm essa propriedade, enquanto o proletariado (o operariado, a classe constituída pelos produtores diretos) dispõe apenas de sua capacidade de trabalho e, logo, está simultaneamente livre para/ compelido a vendê-la como se vende qualquer mercadoria; no modo de produção capitalista, o capitalista é o representante do capital e o proletário o do trabalho.

A partir desse ponto nos deteremos em apresentar como ocorre a cooperação tipicamente capitalista e alguns de seus pressupostos básicos.

3.1 Cooperação no capitalismo

As especificidades de como se dá a cooperação no interior do sistema econômico em que vivemos, é o que buscamos apresentar neste momento. Conforme expõe Marx:

²³ R. Jones, *Textbook of Lectures etc.*, cit., p. 77-8. As coleções da antiga Assíria, Egito etc. em Londres e outras capitais europeias nos transformam em testemunhas oculares desses processos cooperativos de trabalho.

[...] a produção capitalista só começa, de fato, quando o mesmo capital individual emprega simultaneamente um número maior de trabalhadores, quando, portanto, o processo de trabalho aumenta seu volume e fornece produtos numa escala quantitativa maior que antes. A atividade de um número maior de trabalhadores, ao mesmo tempo e no mesmo lugar (ou, se preferir, no mesmo campo de trabalho), para a produção do mesmo tipo de mercadoria, sob o comando do mesmo capitalista, tal é histórica e conceitualmente o ponto de partida da produção capitalista. Com relação ao próprio modo de produção, a manufatura, por exemplo, em seus primórdios, mal se diferencia da indústria artesanal da corporação, a não ser pelo número maior de trabalhadores simultaneamente ocupados pelo mesmo capital. A oficina do mestre artesão é apenas ampliada (MARX, 2017, p. 497).

A maior capacidade de se empregar trabalho, ou seja, maior número de trabalhadores no interior de uma organização capitalista, faz com que se reduzam os custos diretos e indiretos de produção. Essa mudança amplia a oficina do mestre artesão, para uma fábrica com capacidade mais extensa para alocar os trabalhadores e produzir um número muito maior de mercadorias. Os custos diretos de produção são reduzidos, por exemplo, pelo maior número de matéria prima adquirida dos fornecedores, ocasionando também uma redução dos custos indiretos para se produzir, como exemplifica Marx:

Mesmo quando o modo de trabalho permanece o mesmo, o emprego simultâneo de um número maior de trabalhadores opera uma revolução nas condições objetivas do processo de trabalho. Edifícios onde muitos trabalham juntos, depósitos de matérias-primas etc., recipientes, instrumentos, aparelhos etc. que servem a muitos de forma simultânea ou alternada, em suma, uma parte dos meios de produção é agora consumida em comum no processo de trabalho. Por um lado, o valor de troca das mercadorias e, portanto, também dos meios de produção, não aumenta em decorrência de uma exploração qualquer aumentada de seu valor de uso. Por outro, cresce a escala dos meios de produção utilizados em comum. Uma sala em que trabalham vinte tecelões com seus vinte teares tem de ser mais ampla do que a sala em que trabalham um único tecelão independente e seus dois ajudantes. Mas como a produção de uma oficina para vinte pessoas custa menos trabalho do que a produção de dez oficinas para cada duas pessoas, o valor dos meios de produção coletivos e massivamente concentrados não aumenta, em geral, na proporção de seu volume e efeito útil (MARX, 2017, p. 496).

Mais a diante, o autor continua sua análise sobre as especificidades da realização das atividades dentro de um mesmo local (fábrica, escritório e etc.), onde os trabalhadores utilizam os meios de produção em comum:

O efeito é o mesmo que se obteria caso os meios de produção da mercadoria fossem produzidos de forma mais barata. Essa economia na utilização dos meios de produção deriva apenas de seu consumo coletivo no processo de trabalho de muitos indivíduos, e estes assumem tal caráter de condições do trabalho social ou condições sociais do trabalho em contraste com os meios de produção dispersos e de custo relativamente alto de trabalhadores autônomos isolados ou pequenos mestres, mesmo quando os muitos indivíduos apenas trabalham no mesmo local, sem trabalhar uns com os outros. Parte dos meios de trabalho assume esse caráter social antes que o próprio processo de trabalho o faça (MARX, 2017, p. 497).

A criação de cooperativas de produção, por exemplo, vem de encontro a esses apontamentos de Marx, já que a principal motivação dessas organizações é o fortalecimento e

aumento da sua competitividade frente às outras empresas. Isso ocorre através da adesão de pequenos produtores que se encontravam isolados, mas que agora buscam união e compartilhamento dos meios de produção, em um mesmo local. Esses produtores associados buscam a manutenção da produção/reprodução capitalista, por meio da sociabilidade dos meios de produção, diminuindo assim, o custo para se produzir.

Marx ressalta ainda, que a própria reunião dos trabalhadores ao redor da execução de determinada atividade, cria entre esses indivíduos uma espécie de “emulação”, ou seja, essa conexão entre os trabalhadores reunidos conferem a eles, uma maior produtividade em relação ao indivíduo isolado, conforme passagem:

Sem considerar a nova potência que surge da fusão de muitas forças numa força conjunta, o simples contato social provoca, na maior parte dos trabalhos produtivos, emulação e excitação particular dos espíritos vitais [*animal spirits*] que elevam o rendimento dos trabalhadores individuais, fazendo com que uma dúzia de indivíduos forneça numa jornada de trabalho simultânea de 144 horas, um produto total muito maior que o de doze trabalhadores isolados, cada um deles trabalhando 12 horas, ou que o de um trabalhador que trabalhe 12 dias consecutivos. A razão disso está em que o homem é, por natureza, se não um animal político, como diz Aristóteles, em todo caso um animal social (MARX, 2017, p. 498-499).

Com a organização e soma das diferentes forças de trabalho, surge então uma força produtiva de massas, capaz de realizar atividades que os mesmos indivíduos separados uns dos outros não seriam capazes de executar. “Aqui não se trata somente do aumento da força produtiva individual por meio da cooperação, mas da criação de uma força produtiva que tem de ser, por si mesma, uma força de massas²⁴” (MARX, 2017, p. 498).

Marx aponta que a cooperação baseada na divisão do trabalho, adquire sua configuração clássica na manufatura. “Como forma característica do processo de produção capitalista, ela predomina ao longo do período propriamente manufatureiro, que, em linhas gerais, estende-se da metade do século XVI até o último terço do século XVIII” (MARX, 2017, p. 511). Esse período manufatureiro tem como característica, a reunião de diferentes trabalhadores, que desempenham determinados ofícios, em um mesmo ambiente produtivo, controlado por um mesmo capitalista. Esses trabalhadores, em um primeiro momento da manufatura, realizam um trabalho global, tendo cada um deles a responsabilidade pela execução de sua atividade fim. É importante lembrar, que estas atividades são desempenhadas ainda de maneira artesanal. Já em um momento posterior, as atividades desempenhadas no interior dessas organizações passam a ser parceladas, conforme expõe Marx:

²⁴ “Enquanto um homem não é capaz de erguer um fardo de 1 tonelada, e 10 homens têm de se esforçar muito para isso, 100 homens conseguem fazê-lo usando cada um deles apenas um de seus dedos” (BELLERS, John. *Proposals for Raising a Colledge of Industr.* Londres, 1696. p.21 *apud* MARX, 2017, p. 498).

O modo de surgimento da manufatura, sua formação a partir do artesanato, é portanto duplo. Por um lado, ela parte da combinação de ofícios autônomos e diversos, que são privados de sua autonomia e unilateralizados até o ponto em que passam a constituir meras operações parciais e mutuamente complementares no processo de produção de uma única e mesma mercadoria. Por outro lado, ela parte da cooperação de artesãos do mesmo tipo, decompõe o mesmo ofício individual em suas diversas operações particulares, isolando-as e autonomizando-as até que cada uma delas se torne uma função exclusiva de um trabalhador específico. Por um lado, portanto, a manufatura introduz a divisão do trabalho num processo de produção, ou desenvolve a divisão do trabalho já existente; por outro, ela combina ofícios que até então eram separados. Mas seja qual for seu ponto de partida particular, sua configuração final é a mesma: um mecanismo de produção, cujos órgãos são seres humanos (MARX, 2017, p. 513-514).

A manufatura traz então, alterações na organização e produção, em relação às corporações de ofício. Estas, marcadas pela hierarquia entre os mestres, oficiais e aprendizes. Introduz no lugar da relação patriarcal (característica das Guildas), uma nova relação marcada pela compra da mercadoria trabalho por parte dos detentores do capital (relação capital x trabalho) (MARX, 2007, p. 57).

Na segunda metade do século XVIII, a ofensiva do capital sobre o trabalho avançou: a cooperação passa a suceder a **manufatura**. Aqui, já não se trata de reunir trabalhadores num espaço físico determinado; trata-se de reuni-los e de *especializar* as suas atividades – com a manufatura, o capital introduz na produção uma *divisão do trabalho* específica: a divisão *capitalista* do trabalho no *interior* das unidades produtivas. Essa divisão conduz à especialização das atividades e, ao mesmo tempo, a destruição dos saberes de ofício que permitiam ao trabalhador o conhecimento técnico do *conjunto* das operações necessárias à produção de certo bem; alocado a uma única e determinada tarefa, que repetirá ao longo de todas as jornadas de trabalho, o trabalhador será despojado dos seus conhecimentos e perderá o controle de suas tarefas (e, portanto, perderá muito do seu poder de barganha em face do capitalista). A divisão capitalista do trabalho no interior das unidades produtivas propiciará um enorme aumento de produtividade do trabalho e terá como efeito uma diferenciação da força de trabalho que favorecerá os desígnios do capitalista: de um lado, criará uma pequena parcela de trabalhadores altamente especializados, que disporá de condições de negociar em posição de força com o capitalista; mas, de outro, *desqualificará* a maioria das atividades produtivas, na medida em que a divisão do trabalho multiplica atividades simples [...]. O período manufatureiro desobstrui a via para que o processo de trabalho seja realmente comandado pelo capital. (NETTO, 2008, p. 111-112)

A cooperação no interior do capitalismo vem acompanhada então da divisão do trabalho. A produção nesse sistema atinge um nível superior a qualquer outro modo de produção anterior, cabendo aos trabalhadores, a realização de uma atividade parcelada, ou seja, o produto de seu trabalho só passa a ter significado quando executado juntamente com outros trabalhadores, fazendo com que a produção seja maximizada e o trabalhador individual tenha sua participação política reduzida no interior das organizações.

Na manufatura, tal como no regime de cooperação simples, o corpo de trabalho em funcionamento é uma forma de existência do capital. O mecanismo social de produção integrado por muitos trabalhadores parciais individuais pertence ao capitalista. Por isso, a força produtiva que nasce da combinação dos trabalhos

aparece como força produtiva do capital. A manufatura propriamente dita não só submete ao comando e à disciplina do capital o trabalhador antes independente como também cria uma estrutura hierárquica entre os próprios trabalhadores. Enquanto a cooperação simples deixa praticamente intocado o modo de trabalho dos indivíduos, a manufatura o revoluciona desde seus fundamentos e se apodera da força individual de trabalho em suas raízes. Ela aleija o trabalhador, converte-o numa aberração, promovendo artificialmente sua habilidade detalhista por meio da repressão de um mundo de impulsos e capacidades produtivas [...]. Se o trabalhador vende inicialmente sua força de trabalho ao capital porque lhe faltam os meios materiais para a produção de uma mercadoria, agora sua força individual de trabalho falha no cumprimento de seu serviço caso não seja vendida ao capital. Ela só funciona num contexto que existe apenas depois de sua venda, na oficina do capitalista. Por sua própria natureza incapacitado para fazer algo autônomo, o trabalhador manufatureiro só desenvolve atividade produtiva como elemento acessório da oficina do capitalista (MARX, 2017, p. 539-540).

Mesmo a manufatura, com sua revolução no modo de produção, em um período de aumento da demanda produtiva, acabou encontrando limitações em relação a sua produtividade. Essas limitações produtivas tornam-se uma barreira para a contínua valorização do capital, que busca no desenvolvimento tecnológico da época uma saída.

Temos então, o início da grande indústria.

À medida que a expropriação sobre o trabalho disperso avançou e se criou um mercado de consumidores cada vez maior – uma vez que não podiam produzir a sua subsistência e terem de a comprar –, a demanda passou a exigir um ritmo maior de produção que a manufatura não podia comportar – visto que o trabalho manual padece das limitações físicas próprias do ser humano.

Este limite manufatureiro associou-se às condições que permitiam ao trabalhador formar coalizões, unir-se em favor das suas reivindicações, exigir a diminuição do dia de trabalho, por exemplo (o que “bloqueava” a mais-valia absoluta). Os trabalhadores tinham (algumas) condições de o fazer dado que o trabalho manual exigia uma certa habilidade (condição subjetiva do trabalho, segundo Marx) e o proprietário dos meios de produção não podia abdicar facilmente de um trabalhador experiente.

As novas condições de produção, proporcionadas pelo desenvolvimento da tecnologia produtiva, permitiram introduzir um fator produtivo objetivo, quer dizer, que não dependesse da habilidade dos trabalhadores. Passou a ser possível introduzir na linha de montagem pessoas pouco qualificadas, mas com capacidade suficiente para levar adiante o exigido. Passou a ser possível integrar mulheres e crianças nas fábricas, nivelando os salários por baixo, uma vez que aquelas se dispunham a receber menos do que os homens, por causa da sua falta de prática e condição social (cf. MARX, 1867, p. 416 ss.) (ANTUNES, 2017, p. 42).

O enfraquecimento dos trabalhadores individualizados, frente aos detentores dos meios de produção, é uma marca dessa fase do desenvolvimento capitalista, com sua maquinaria e grande indústria. A substituição da mão de obra de um trabalhador, que (agora) executa uma atividade parcelada, é muito menos complexa que a de um trabalhador que realizava todo o processo de produção aos moldes das oficinas artesanais.

Com a maquinaria da grande indústria, a intensidade produtiva do trabalhador aumenta consideravelmente.

Os trabalhadores passaram a produzir muito mais em menor tempo do que antes, foram integrados como peças de uma máquina, o trabalho mecanizado acelerado passou a exigir menor habilidade pessoal, bem como as suas condições de saúde viram-se atacadas por via dos novos ritmos de trabalho e condições específicas da própria maquinaria (cf. MARX, 1867, p. 431) (ANTUNES, 2017, p. 43).

A redução das exigências para a execução das atividades laborais é algo marcante para as novas relações trabalhistas. Esse fato proporcionou ao capitalista, um aumento considerável de poder frente ao crescente “exército industrial de reserva”²⁵.

Aqueles que não detinham as qualificações necessárias para o emprego, com a ascensão das atividades cada vez mais parceladas no interior da grande indústria, passaram então a concorrer por uma vaga de trabalho. Esse aumento da oferta de mão de obra e da dependência do trabalhador em se submeter à exploração capitalista (devido a sua total separação dos meios de produção), faz com que ocorra um achatamento salarial. Essa diminuição dos salários se agrava ainda mais com a redução do número de trabalhadores necessários para a produção nas indústrias.

O capitalismo atinge, deste modo, a sua maturação. A *Revolução Industrial* não inventa o capitalismo, este serve-se daquela, pois é produto das necessidades de expansão e desenvolvimento capitalistas (MARX, 1867: 395-396)²⁶. A tecnologia serviu este propósito e serve enquanto garantir *vantagem na luta de vida ou de morte* da concorrência – se o capitalista não *for a jogo* pela autovalorização do seu capital, pode ser deixado de fora do mercado (ANTUNES, 2017, p. 45).

Marx (2005) descreve o caráter revolucionário da burguesia²⁷ neste período. Após o estabelecimento da grande indústria moderna, a classe dos proprietários toma para si o

²⁵ Se, portanto, o emprego capitalista da maquinaria cria, por um lado, novos e poderosos motivos para o prolongamento desmedido da jornada de trabalho, revolucionando tanto o modo de trabalho como o caráter do corpo social de trabalho e, assim, quebrando a resistência a essa tendência, ela produz, por outro lado, em parte mediante o recrutamento para o capital de camadas da classe trabalhadora que antes lhe eram inacessíveis, em parte liberando os trabalhadores substituídos pela máquina, uma população operária redundante, obrigada a aceitar a lei ditada pelo capital. Daí este notável fenômeno na história da indústria moderna, a saber, de que a máquina joga por terra todas as barreiras morais e naturais da jornada de trabalho. **Daí o paradoxo econômico de que o meio mais poderoso para encurtar a jornada de trabalho se converte no meio infalível de transformar todo o tempo de vida do trabalhador e de sua família em tempo de trabalho disponível para a valorização do capital** (MARX, 2017, p. 589-590, grifo nosso).

²⁶ “De acordo com Marx, o capital apodera-se, igualmente, da ciência, que até então não estava tão diretamente ligada aos processos produtivos: “A ciência não custa em geral “nada” ao capitalista, o que não o impede, de modo algum, de a explorar. A ciência “alheia” é incorporada ao capital tal como o trabalho alheio. Apropriação “capitalista” e apropriação “pessoal”, seja de ciência seja de riqueza material, são porém inteiramente coisas díspares”. [...] Uma das consequências do desenvolvimento tecnológico no capitalismo foi a captura da ciência pelas suas relações de produção, e o concebimento de uma “ciência totalmente moderna da tecnologia”, unindo o disperso, conquanto tenha-se também em conta o caráter revolucionário desta base técnica face ao que havia dantes (cf. MARX, 1867: 510)” (ANTUNES, 2017, p. 45).

²⁷ “Onde quer que tenha conquistado o poder, a burguesia destruiu as relações feudais, patriarcais e idílicas. Rasgou todos os complexos e variados laços que prendiam o homem feudal a seus “superiores naturais”, para só deixar subsistir, de homem para homem, o laço do frio interesse, as duras exigências do “pagamento à vista”. Afogou os fervores sagrados da exaltação religiosa, do entusiasmo cavalheiresco, do sentimentalismo pequeno-

controle do Estado representativo moderno, ou seja, o Estado moderno passa a responder os interesses dessa classe, que por sua vez, é a representante legítima dos interesses do capitalismo.

No próximo tópico trataremos mais a fundo sobre como ocorre a geração do valor, responsável pelo aumento e manutenção do capital, sem a qual as organizações capitalistas não se manteriam.

3.2 Processo de valorização no modo de produção capitalista

No modo de produção capitalista os trabalhadores vendem sua mercadoria (força de trabalho) em troca do salário, que é o preço pago pelo capitalista para que essa mão de obra mantenha-se em condições de ofertar continuamente seu trabalho (produção e reprodução do trabalhador). O capitalista, por meio de um contrato de trabalho, acorda com este, um determinado preço pelas horas trabalhadas. Entretanto, o salário pago pelo capitalista é menor do que o valor produzido pelo trabalhador, ou seja, o capitalista remunera apenas uma parte do tempo de trabalho do trabalhador (**tempo necessário**) enquanto o restante do tempo (**tempo de trabalho excedente**) retorna ao capitalista como mais-valia.

A experiência cotidiana dos trabalhadores não lhes permite apreender a distinção entre trabalho necessário e trabalho excedente: na jornada de trabalho não há nenhuma divisória perceptível entre ambos – sob esse aspecto, o trabalho assalariado (“trabalho livre”) é mais ocultador da exploração que o trabalho servil e o escravo. Com efeito, para o escravo, a identificação da exploração pode ser quase imediata: nada do que se produz lhe pertence; quanto ao servo, o fato de produzir em lugares diferentes (nas terras do senhor e na gleba, donde retirava a parte que lhe cabia da produção) facilitava a percepção de que o senhor lhe extraía partes do produto do seu trabalho. Ademais, tanto no caso do escravo como no do servo, a apropriação do excedente que produziam era assegurada pelo uso da violência extra econômica (NETTO, 2008, p. 107).

Em relação ao que ocorre com o trabalhador assalariado, José Paulo Netto expõe que:

[...] o excedente lhe é extraído sem o recurso à violência extra econômica; o contrato de trabalho implica que o produto do trabalho do trabalhador pertença ao capitalista. E a falsa noção de que o salário remunera todo o seu trabalho é reforçada (para além da ideologia patrocinada pelo capitalista, segundo o qual “o salário é pagamento do trabalho”) pelo fato de a jornada de trabalho ser contínua e de ele trabalhar com meios de produção que não lhe pertencem e num espaço físico que também é de propriedade do capitalista. Por isso, a maioria dos operários sente a exploração - tratando-a como uma injustiça -, mas não alcança, na sua experiência cotidiana, a adequada compreensão dela. É somente a análise teórica da produção capitalista,

burguês nas águas geladas do cálculo egoísta. Fez da dignidade pessoal um simples valor de troca; substituiu as numerosas liberdades, conquistadas duramente, por uma única liberdade sem escrúpulos: a do comércio. Em uma palavra, em lugar da exploração dissimulada por ilusões religiosas e políticas, a burguesia colocou uma exploração aberta, direta, despudorada e brutal. A burguesia despojou de sua auréola todas as atividades até então reputadas como dignas e encaradas com piedoso respeito. Fez do médico, do jurista, do sacerdote, do poeta, do sábio seus servidores assalariados. A burguesia rasgou o véu do sentimentalismo que envolvia as relações de família e reduziu-as a meras relações monetárias” (MARX, 2005. p. 42).

conduzida numa perspectiva de defesa dos interesses dos trabalhadores, que pode esclarecer o verdadeiro caráter da exploração capitalista. Quando as vanguardas trabalhadoras conhecem esse tipo de teoria, as lutas e objetivos adquirem um sentido e uma dinâmica novos – e, por isso mesmo, os capitalistas tem o máximo interesse em impedir o acesso do proletariado a esse conhecimento teórico (NETTO, 2008, p. 107).

O capitalista apropria-se daquela extensão da jornada de trabalho, que cresce juntamente com o aumento do capital investido na produção, pois aumenta a eficiência do trabalhador. Se um trabalhador precisa quatro horas para executar o trabalho necessário (que é o proporcional ao seu salário), as outras quatro horas (supondo uma jornada de oito horas) são “absorvidas” pelo capitalista, caracterizando assim a extração da mais valia. Novamente, é importante reforçar que essa exploração do trabalho pelo capitalista, não deve ser tratada como um dilema moral, e tão somente, com uma característica básica desse modo de produção.

O aumento das horas trabalhadas, sem a remuneração por esse tempo de produção, é uma forma do capitalista aumentar as horas de trabalho excedente e, conseqüentemente, a mais valia extraída do trabalhador. Entretanto, jornadas de trabalho exaustivas, fazem com que os trabalhadores diminuam o nível de sua produtividade, indicando assim, limites para essa estratégia do capitalista, tão usada ainda hoje.

Netto (2008) aponta a *intensificação do ritmo de produção* como uma alternativa explorada pelo capitalista para que a produção do trabalho aumente (mantendo-se a mesma base técnica e o tempo da jornada). Essa intensificação do ritmo da produção é estimulada através do estudo dos movimentos dos trabalhadores (apontando o que e como cada tarefa deva ser executada), cronometragem dos tempos, além de outras ferramentas desenvolvidas com o intuito de aumento da produção sem, no entanto, ser necessário o aumento do tempo efetivamente trabalhado. Conforme o exemplo anterior, um trabalhador necessita de quatro horas para executar o trabalho necessário (aquele que é equivalente ao seu salário) e produz quatro peças. Esse mesmo trabalhador, após a intensificação do ritmo da produção, passou a produzir oito peças nessas mesmas quatro horas, ou seja, o trabalho necessário para remunerar o trabalhador é de duas horas e o trabalho excedente passou a ser de seis horas, aumentando consideravelmente o nível de extração da mais valia.

Quando não dispõem de condições políticas que lhes permitam a ampliação da jornada de trabalho, os capitalistas tratam de encontrar meios e modos de *reduzir*, no seu interior, a *parte relativa ao trabalho necessário*: se se mantem um limite para a jornada (por exemplo 8 horas), o que se reduz no tempo de trabalho necessário se acresce no tempo de trabalho excedente. (...) A redução do tempo de trabalho necessário implica que se reduza o valor da força de trabalho, ou seja, que caia o valor dos bens necessários à sua reprodução (alimentação, vestuário, habitação e etc.); esse resultado se obtém com a redução do tempo de trabalho necessário à

produção dos bens consumidos pelos trabalhadores, mediante a introdução de inovações tecnológicas e o aproveitamento das conquistas científicas na sua elaboração. Assim, o desenvolvimento das forças produtivas, potenciando a produtividade do trabalho, contribui para o aumento do tempo de trabalho excedente sem ampliação da jornada – e contribui, pois, para o acréscimo do excedente apropriado pelo capitalista. Compreende-se, então, por que o capitalista, pressionado pela resistência operária a não prolongar a jornada, se interesse pelo desenvolvimento do conjunto das forças produtivas: ele encontra aí mais uma condição para aumentar o excedente (NETTO, 2008, p. 109).

No modo de produção capitalista, o trabalho é responsável pela criação do valor através da produção de mercadorias (dotadas de valores de uso), e responde também pela valorização do capital por meio do trabalho excedente, responsável pela geração da mais-valia (NETTO, 2008).

A criação de valor e de mais-valia só é possível mediante a produção de mercadorias. Somente na produção de mercadorias, portanto, realiza-se trabalho produtivo. Nenhum valor novo se agrega na esfera da circulação e da troca, para não falarmos da bolsa de valores ou da agência bancária – aí, o que ocorre é a redistribuição ou repartição da mais-valia anteriormente criada (MANDEL, 1998, p. 123, *apud* NETTO, 2008, p.115).

Em relação à parte espoliada pelo capitalista, que é mais precisamente o trabalho excedente, NETTO (2008, p. 111) aponta que:

O que interessa ao capitalista é justamente o processo de valorização: é nele que se produz a mais-valia (o excedente). Compreende-se, portanto, que o controle do processo de trabalho seja de fundamental importância para o capitalista, uma vez que é esse controle que lhe permite incrementar o excedente.

O que as empresas recuperadas por trabalhadores possibilitam, em relação a uma alteração da configuração hierárquica desta empresa (que se tinha anteriormente), é, em alguns casos, a retirada da figura do capitalista do controle desta empresa. Os próprios trabalhadores são os responsáveis por esse controle da produção. Buscando apontar “[...] que inovações no campo da organização do trabalho se produziram nas experiências de empresas recuperadas por trabalhadores no Brasil e na Argentina”, Henriques (2013 B, p. 103) indica que:

A primeira das inovações diz respeito ao controle externo da atividade de trabalho, que deixou de existir parcialmente nas iniciativas apresentadas. Apesar de se manterem os líderes de setor, coordenadores e encarregados, esses deixaram de ter uma função de controle para ter uma função de coordenação. Ou para citar Vieitez e Dal Ri (2001), uma função de regulação. O profissional responsável por criar o elo entre a administração e a produção parece não ser mais necessário, pois há uma linha direta de comunicação que fica ainda mais clara quando há rodízios entre essas funções. A heterogestão, ao ceder lugar para a autogestão, permite pensar que o que Marx (1978) chamou de “modo de produção especificamente capitalista” é parcialmente alterado nessas experiências, pois o controle do processo produtivo não é mais exercido pelo detentor dos meios de produção. Não se pode, entretanto, ignorar a pressão externa estabelecida por fornecedores e clientes, como nos casos das ERTs que trabalham por fiação.

Nessa retirada da figura do detentor dos meios de produção, ocorre uma alteração na forma da organização, mas não em seu conteúdo. Incide uma mudança na forma tipicamente capitalista de se organizar a empresa, mas que não é capaz de alterar seu conteúdo baseado na exploração do trabalhador pelo capital. O que essa alteração nos mostra, em última análise, é que a figura do capitalista individual, não é necessária para que a produção capitalista ocorra.

As empresas autogeridas, após a tomada do controle pelos trabalhadores, eliminam apenas o capitalista individual e não o capital. Esses mesmos trabalhadores, passam a representar de maneira coletiva, os interesses deste. Daí, que “a pressão externa estabelecida por fornecedores e clientes” continua a existir da mesma maneira que antes. Pois não é alterado o modo de produção tipicamente capitalista, mas sim a forma de gestão da organização do trabalho no interior da empresa recuperada pelos trabalhadores. No próximo capítulo, trataremos mais detidamente sobre a questão das Empresas recuperadas.

4 EMPREENDIMENTOS RECUPERADOS POR TRABALHADORES

No interior da economia solidária no Brasil, “encontram-se as empresas que entraram em processo de falência e foram recuperadas por trabalhadores” (HENRIQUES, 2014, p. 79). Nesse contexto, essas empresas foram chamadas de “empresas de autogestão”. Henriques (2014) indica que a partir da influência das experiências Argentinas de recuperação de empresas, o termo “empresas de autogestão”, utilizado no Brasil, passou a ser substituído por “empresas recuperadas por trabalhadores”.

Especificar que são fábricas ou empresas recuperadas “por trabalhadores” se faz necessário porque são inúmeros os casos em que a recuperação é realizada pelo próprio detentor dos meios de produção ou por outro capitalista que adquire os ativos da empresa em falência. Há, inclusive, na nova lei de falências brasileira de 2005, a figura da recuperação judicial que permite com mais flexibilidade que o dono do empreendimento equacione suas dívidas (2014, p. 79).

Como foi apontado anteriormente, a autogestão pode ser encontrada em diferentes organizações sociais. De acordo com Henriques (2013, p.55), o processo de recuperação das empresas pelos trabalhadores “como define Ruggeri (2009), é um processo social e econômico que pressupõe a existência de uma empresa capitalista anterior cuja falência ou inviabilidade econômica resultou na luta dos trabalhadores por autogeri-las”.

Segundo Henriques (2013, p. 56) as primeiras experiências registradas no Brasil remetem a década de 1980. Mas foi nos anos 90 onde se deu um verdadeiro aumento do número desses empreendimentos:

Foi na década de 90 que se observou um crescimento dessas experiências diante do quadro de crise econômica vivenciado no período. Como forma de reação e resistência ao fechamento de muitas empresas e a perda dos postos de trabalho, houve um aumento significativo do número de experiências de ERTs.

A recuperação dos empreendimentos, por parte dos trabalhadores, surge como uma alternativa para que sejam mantidos seus empregos. O aumento ou a diminuição do número dessas empresas, está diretamente relacionado as crises econômicas por qual podem passar os mercados onde esses empreendimentos estão inseridos.

A pesquisa realizada por Henriques (2013, p. 59) aponta ainda que existiam no Brasil aproximadamente 67 empreendimentos recuperados por trabalhadores que se encontravam ativos. Esses dados são referentes ao ano de 2013:

A grande maioria dos casos estudados (81%) revelou que a recuperação da empresa se iniciou com uma crise financeira ou com a falência da antiga empresa, sendo não pagamento de salário (43%) e a demissão de pessoal (23%) os principais motivos que levaram os trabalhadores a lutar por seus postos de trabalho. Os períodos que apresentam o maior número de recuperações das empresas ainda existentes foram os de 1995 a 1999, com 31% dos casos e de 2000 a 2004, com 29%.

O aumento do número de recuperações de empresas, como forma de resposta ao desemprego, fica evidente nos dados anteriores, tendo em vista que os períodos indicados pelo autor coincidem com uma conjuntura de fechamentos de empresas e taxas elevadas de desemprego.

Não só pela necessidade advinda pela escassez, mas também pela necessidade de adequar as novas atividades a uma realidade em que não existem os proprietários dos meios de produção, há nessas experiências exemplos que podem ajudar a pensar em estratégias de organização do trabalho que privilegiem o trabalho associado. Ao mesmo tempo, há práticas que apontam para a ressignificação dos espaços de trabalho e das atividades de gestão para além dos muros das fábricas (...) (HENRIQUES, 2014, p. 81).

As experiências das fábricas recuperadas em todo o mundo e suas inovações implementadas nas áreas de produção, gestão e tecnologia (por exemplo), servem como direcionadores para que outros empreendimentos possam, a sua maneira (respeitadas as suas características), superar os entraves que o sistema capitalista as impõe e fortalecê-las, de maneira que mais organizações possam surgir, além de se manterem fortes e articuladas.

4.1 Relacionamento entre os trabalhadores e “Achatamento Salarial”

No interior das ERTs, quais seriam as diferenças em relação ao salário dos trabalhadores e ao relacionamento entre eles, tendo em vista as transformações por qual passaram essas organizações se comparado a sua antiga estrutura?

Em relação à diferenciação salarial dos empreendimentos recuperados e as “empresas convencionais”, percebe-se que uma característica presente nas ERTs, tanto no Brasil quanto na Argentina, é a existência de um achatamento dos salários dos trabalhadores. Os salários mais altos da empresa apresentam uma queda em relação aos valores anteriores, em contrapartida, os salários mais baixos apresentam um aumento em relação ao período anterior (HENRIQUES, 2014, p. 310). Esse quadro de diminuição dos salários mais altos e aumento dos salários mais baixos, apresenta-se como uma forma de valorização das atividades do chão de fábrica e também como uma maneira de reduzir a desigualdade no interior desses empreendimentos.

Mesmo nos casos em que há uma diferenciação, como na Flaskô [empresa recuperada localizada em Sumaré, São Paulo], percebe-se que esta não se define apenas pela lógica de mercado, havendo critérios estabelecidos pelos trabalhadores que não estão relacionados a uma maior valorização do trabalho intelectual em detrimento do manual. Nesta fábrica, por exemplo, o teto salarial é estabelecido de acordo com o maior salário do chão de fábrica, que é o do ferramenteiro (HENRIQUES, p. 310-11, 2014).

Mesmo com essa característica de aproximação dos níveis salariais no interior das ERTs, essas empresas continuam respondendo também as relações do mercado. Por esse motivo, algumas atividades que demandam um profissional específico, que tenha uma maior capacitação (formação técnica e intelectual), apresentam salários mais elevados, obedecendo a média salarial praticada nas outras empresas do mercado.

Algumas experiências de recuperação de fábrica, reduziram as horas trabalhadas (na Flaskô ocorreu redução de quarenta horas para trinta horas semanais) e mantiveram os valores salariais dos trabalhadores, aumentando, dessa maneira, o quantitativo pago proporcionalmente pelas horas de trabalho. Essa é uma conquista muito importante para o trabalhador, pois possibilita melhores condições de vida para esses indivíduos. Entretanto, é importante lembrar que o trabalho assalariado é uma característica típica do capitalismo:

Isso significa que ele é parte constitutiva do sistema de exploração do trabalho que é próprio do modo de produção capitalista: por mais significativas que sejam as conquistas salariais dos trabalhadores (...), não afetam o núcleo do caráter explorador da relação capital/trabalho. Do ponto de vista ideológico, aliás, o regime salarial contribuiu para difundir a falsa ideia, tão cara aos capitalistas, segundo a qual, mediante o salário, os trabalhadores obtêm a remuneração integral do seu trabalho (NETTO, 2008, p. 104).

Por considerar a luta do movimento operário por salários justos, algo pouco contestador ao espírito do capitalismo, Marx aponta que “em vez do lema conservador: ‘um salário justo para uma jornada de trabalho justa’, [o movimento operário] deverá inscrever na sua bandeira esta divisa revolucionária: ‘abolição do sistema do trabalho assalariado’” (ENGELS, *apud* NETTO, 2008, p. 104). Mesmo assim, deixamos aqui mais uma vez registrado, o reconhecimento da importância da luta por melhores salários.

O relacionamento entre os trabalhadores das ERTs pode ser considerado como mais amistoso e próximo, apresentando maior cooperação entre eles, se comparado a sua antiga organização. Segundo os relatos da pesquisa de Henriques (2014, p. 314), quando as empresas ainda apresentavam sua configuração convencional, ou seja, antes da recuperação, os trabalhadores eram incentivados a competir entre si como forma de aumentar a produtividade e manter seus empregos. Os trabalhadores se enxergavam como concorrentes, o que em alguns casos, poderia ocasionar em “sabotagens” e na conseqüente diminuição da produtividade do empreendimento.

Nos estudos de caso analisados por Henriques (2014, p. 315) notou-se que:

[...] embora haja a possibilidade de acirramento de ânimos devido a necessidade de tomadas de decisões coletivas, o que ocorre nas experiências de ERTs é uma aproximação dos trabalhadores por haver uma consciência de que a cooperação entre eles não os ameaça e é um fator que traz benefícios para toda a empresa. Se antes, um novo trabalhador poderia significar a perda do posto de trabalho para um

operário mais qualificado, hoje representa a possibilidade de que esses tenham substitutos em ocasiões em que seja necessário se ausentarem, sem representar uma perda de produtividade para o coletivo.

A lógica da cooperação de forma solidária, passa a ser mais evidente nesses empreendimentos, tendo em vista que os trabalhadores já não se reconhecem como concorrentes. Essa maior cooperação, em muitos casos, aumenta o desempenho da organização. Por esse motivo, busca-se até mesmo em empresas “capitalistas tradicionais”, o incentivo dessas práticas que aumentem a cooperação entre os seus funcionários, com vistas ao incremento da produção e a diminuição de conflitos.

4.2 Para além dos muros das ERTs

As experiências das empresas recuperadas proporcionam, em alguns casos, uma alteração do significado social dessa organização frente à sociedade. Através de projetos socioculturais como a criação de escolas, universidade popular, centros culturais, entre outros. Essa organização passa a ser um instrumento de utilidade pública e também um disseminador das ideias da autogestão, ressignificando o papel das empresas na sociedade.

Conforme aponta Henriques (2014), a Flaskô é uma das poucas empresas recuperadas no Brasil, que apresenta essa maior proximidade com a comunidade vizinha, sendo esse tipo de experiência mais facilmente observado nas empresas recuperadas da Argentina. “As visitas de escolas [por exemplo] para conhecerem os processos produtivos são símbolos da quebra do sigilo fabril e da aproximação entre os trabalhadores e a vizinhança que circunda as empresas, que passam a ter uma relação de outro tipo” (2014, p. 313).

A democratização das relações no espaço de trabalho é um ponto importante em relação ao desenvolvimento de um novo modelo de produção e pode ser visto como algo revolucionário, quando é transpassado para além dos muros das fábricas. O que se tem então é uma ampliação do entendimento da função social do trabalho, expandindo (ou destruindo) as cercas que separam as empresas e a sociedade. Como na Flaskô, “em que foi criado um código para definir que o trabalhador não está operando porque está em atividade de mobilização” (HENRIQUES, 2014, p. 327). O trabalhador então é reintegrado a sociedade e passa a fortalecer as lutas sociais das quais faz parte (direta ou indiretamente) e que em outro momento não poderia participar ativamente por conta do horário de trabalho (pouco flexível) desempenhado na antiga organização.

Entretanto, Henriques levanta uma hipótese de que, a maior abertura e aproximação entre empresa e sociedade ocorra, também, por conta de uma questão jurídica, pois muitas

dessas organizações foram ou precisam ser declaradas de utilidade pública para que consigam a expropriação e consequente manutenção do controle da empresa.

Cabe ressaltar que os vínculos comunitários e de classe estabelecidos por algumas das experiências e ERTs não podem ser confundidas com a lógica de Responsabilidade Social Empresarial (RSE) difundida pelas empresas capitalistas, que busca obscurecer o conflito de classes e as ações irresponsáveis cometidas por essas mesmas empresas no que diz respeito às questões ambientais e aos direitos fundamentais dos trabalhadores. (2014, p. 314)

A função social das ERTs pode ser considerada como uma das maiores marcas para a continuidade do movimento autogestionário, pois somente a partir do transbordamento dessas experiências, para além dos muros das empresas, poderá de fato ser ampliado esse, até então, microcosmo isolado de autogestão.

Mesmo desempenhando um papel singular na maneira de se produzir e organizar o trabalho, as empresas recuperadas não se distanciam das empresas ortodoxas quando o assunto é o objetivo para o qual a produção está voltada, ou seja, a produção de mercadorias e a consequente extração de mais-valia dos seus trabalhadores (nessa produção), e a realização das vendas de mercadorias produzidas, gerando o lucro dessa empresa.

Cumpramos observar que a busca incessante de lucro nada tem a ver com elementos psicológicos ou de natureza moral – o capitalista não procura o lucro porque é um sujeito social egoísta, ambicioso, mau, voraz, etc. Não se trata, aqui, de questões que digam respeito às *peças* dos sujeitos sociais: trata-se, no campo das atividades e relações econômicas, da função social que tais sujeitos desempenham. Como *o lucro é a força motriz do MPC* [modo de produção capitalista], como *o MPC só pode existir e reproduzir-se na escala em que a busca do lucro é interminável*, a função social capitalista não pode ser compreendida através de (ou reduzida a) traços psicológicos, biográficos ou morais: nas suas características individuais, os capitalistas, assim como os proletários, apresentam-se numa infinita gradação – das personalidades generosas às figuras mais canalhas. Igualmente, é preciso deixar de lado toda a ideologia que tenta revestir com um verniz moralizador a ação das empresas capitalistas; essa ideologia (atualmente resumida nos motes “empresa cidadã”, “empresa com responsabilidade social” e etc.) pretende ocultar o objetivo central de todo e qualquer empreendimento capitalista: a caça aos lucros. Para não nos alongarmos: capitalistas e empresas capitalistas só existem, e só podem existir, se tiverem no lucro a sua razão de ser; um capitalista e uma empresa capitalista que não se empenharem prioritária e sistematicamente na obtenção de lucros serão liquidados (NETTO, 2008, p. 96).

Conforme analisado por José Paulo Netto (2008), as empresas capitalistas (entre elas estão as recuperadas por trabalhadores), mesmo apresentando uma gestão singular em relação às gestões mais ortodoxas, tem por objetivo a busca por lucro. Até aquelas que apresentam uma conformação mais horizontalizada e humana, ainda assim são movidas pelos interesses de valorização do capital. Parece-nos de fundamental importância a realização desse contraponto em relação as potencialidades sociais e humanas desses empreendimentos.

Entendemos também, assim como Henriques, da importância de apontar como esses empreendimentos surgem em nossa sociedade:

É preciso que as ERTs sejam compreendidas dentro de seus contextos e que esteja claro que os objetivos iniciais dos trabalhadores que empreenderam essas lutas não era o de promover uma revolução socialista. Por esse motivo, me parece que boa parte dos pesquisadores que falam em “degeneração”, para se referir aos casos que deixaram de apresentar o conteúdo de uma democracia radical, se esquecem de que a autogestão não era o norte buscado por seus protagonistas. Essas considerações têm o objetivo de fazer uma crítica, ao que Santos (2007) chama de razão indolente, que desperdiça as experiências reais por estar presa a soluções pré-estabelecidas para os problemas sociais. É preciso que as iniciativas concretas permitam a ressignificação dos conceitos e das estratégias de luta para a emancipação social (2013b, p. 102 - 103).

Conforme apontado anteriormente, as experiências de ERTs não devem ser superestimadas por seus entusiastas e muito menos renegadas por não se apresentarem como uma experiência revolucionária, para além do capital. Essas experiências devem ser consideradas como importantes laboratórios, onde o aumento da democratização das relações entre os trabalhadores pode ser considerado o maior de seus méritos.

4.3 Apontamentos sobre as tecnologias capitalistas e as empresas recuperadas

Após a tomada do controle dos meios de produção por parte dos trabalhadores, surge então um grande debate: como os trabalhadores devem se organizar e produzir? Os empreendimentos recuperados apresentavam em sua conformação original (antes da tomada do controle pelos trabalhadores) uma estrutura hierarquizada típica dos empreendimentos capitalistas. As forças produtivas, que englobam a ciência, a tecnologia hardware, a organização do processo de trabalho (Tecnologia de gestão), os recursos naturais e etc., que já eram empregados anteriormente nessas organizações, podem ser utilizados nesse “novo” empreendimento sem que a autogestão dos trabalhadores seja comprometida?

Como escreveu Rosa Luxemburgo, o processo de trabalho herdado e a divisão social do trabalho há muito estabelecida – tanto no local de trabalho quanto na sociedade em geral – trazem as marcas de “despotismo e anarquia” que não podem ser abolidas por decreto de qualquer governo, por mais “admiravelmente socialista” que seja. Permanece a questão como antes, de como romper as cadeias do Capital “lá onde são forjadas”, substituindo-as em um sentido positivo pelos *laços cooperativos* conscientemente adotados – que ligam e fortalecem a todos, concedendo e determinando a cada um direitos e deveres – mediante os quais possam ser implementadas as necessárias alterações pelos produtores associados. (MÉSZÁROS, 2004, p. 517)

As técnicas de produção capitalistas apresentam em seu interior, traços típicos das relações sociais capitalistas. Por esse motivo, “relações sociais de produção distintas só poderiam consolidar-se com o concurso de uma mudança radical e simultânea dos meios e técnicas de produção (e não apenas de seu emprego, tal como sugere a visão neutra)” (NOVAES, 2007, p. 101). Em linhas gerais, os pesquisadores que tratam a tecnologia como

sendo neutra, afirmam que a base tecno-organizacional pode ser aproveitada numa outra sociedade sem significativas modificações.

Para Lukács (2008, p. 182), por exemplo, “uma fábrica construída para propósitos capitalistas tranquilamente pode produzir sem mudanças significativas sob o socialismo, e vice-versa” (p.182). A maquinaria desenvolvida no capitalismo, por vezes, foi utilizada com o objetivo de, além do aumento da mais valia relativa, enfraquecer o trabalhador individual. Entretanto, essa característica da tecnologia (maquinaria) desenvolvida pelo capital, está circunscrita apenas em uma sociabilidade capitalista. Fora do atual modo de produção, estas tecnologias podem representar a possibilidade da libertação laboral humana. O autor reconhece que a socialização dos meios de produção, por si só, não é capaz de alterar o modo como os homens produzem.

Esta socialização, contudo não pode por si só remodelar espontânea e materialmente o modo pelo qual os homens trabalham e, portanto, vivem a sua cotidianidade; ou, mais precisamente, não podem remodelá-lo de modo a produzir aquela transformação radical que agora é necessária na relação do homem com seu trabalho e com outros homens. Ora, essa transformação constitui precisamente a premissa do específico desenvolvimento do socialismo enquanto fase de passagem, de preparação ao comunismo (LUKÁCS, 2008, p. 182).

Mesmo com a possibilidade do aproveitamento tecnológico (maquinaria principalmente) em organizações autogeridas, é importante lembrar que os objetivos de produção no capitalismo e em outro modo de produção para além do capital, são extremamente diferentes. Por sua característica de valorizar-se constantemente, o capital se tornou um importante catalisador para o desenvolvimento de tecnologias, principalmente aquelas que lhes servem para aumentar a extração de mais valor. Entretanto, tecnologias muitíssimo benéficas a sociedade, são descartadas por não se mostrarem lucrativas (ANTUNES, 2017, p. 47). Com isso em mente, nos parece claro que com a adoção de determinadas tecnologias, essas organizações necessariamente reproduzirão escolhas predeterminadas em uma sociedade capitalista.

Se deslocarmos o debate da utilização das forças produtivas da indústria, para a agricultura, os argumentos da não neutralidade e intercambialidade das técnicas e tecnologias presentes no modo de produção capitalista, ficam ainda mais claras:

Se os defensores dos transgênicos defendem, consciente ou inconscientemente, as corporações transnacionais e a produção voltada para a acumulação de capital, isto é, a semente²⁸ enquanto mercadoria, isso para não dizer nada sobre as outras

²⁸ A semente aparece aqui nesse exemplo, representando a tecnologia desenvolvida para a produção no campo. A utilização de uma semente transgênica (por exemplo) implica também em escolhas conscientes ou inconscientes por parte de seus produtores. De toda forma, a decisão tomada pelos agricultores, repercutirá em uma série de outros fatores (sociais, culturais, produtivos e etc.). Se levarmos em consideração que algumas práticas de

variáveis que vêm inclusas neste pacote: agrotóxicos etc., para os defensores da agroecologia, a semente não pode ser analisada apenas como uma semente, mas devemos também analisar as relações sociais nela embutidas.

Poderíamos dizer então que os últimos defendem uma visão de longo prazo, baseada no uso adequado dos recursos naturais e na satisfação das necessidades humanas. Vislumbram também a necessidade de desmercantilização da agricultura, prestando muita atenção no como produzir e não somente no que se produzir. Não é por acaso que também defendem a necessidade de reforma agrária, na qual os coletivos autogeridos organizariam a produção, em oposição à exploração do trabalho assalariado nas fazendas do agronegócio (NOVAES, 2007, p. 316-317).

A escolha do tipo de tecnologia utilizada pode influenciar então, uma infinidade de questões ligadas a, como e o que se produzir. No capitalismo as opções adotadas na maioria das vezes, são baseadas quase que exclusivamente pensando-se na valorização do capital. Devemos então adotar de forma acrítica o que foi predeterminado pelo capital?

O que está em perspectiva não é uma proposta de retorno a simplicidade ou retorno a Idade Média para se reinventar a roda, mas a possibilidade de desenvolvimento de novos processos de produção, que estejam conectados a busca de uma nova sociabilidade humana.

Em seu livro *Autogestão em empresas recuperadas por trabalhadores*, Henriques (2014, p. 82) aponta Dagnino (2009) como sendo um autor que trata do problema de uma suposta neutralidade da tecnologia:

O autor aborda a neutralidade conferida à técnica como uma forma de obscurecer o controle capitalista, fazendo-o passar por uma questão “meramente técnica”. Tal fato pode ser explicado com o discurso presente no clássico *Princípios da Administração científica* de Frederick Taylor (1970) em que a separação entre planejamento e execução das atividades industriais, ou seja, o controle do processo produtivo pelos proprietários dos meios de produção e todos os métodos adotados por eles para melhor exercer este controle, advém de uma “abordagem científica” com o objetivo de otimização da produtividade, devendo acontecer a partir de uma cooperação cordial entre direção e empregados..

E continua:

Seguindo essa linha de raciocínio, Dagnino (2009) considera que o que caracteriza a tecnologia é o tipo de controle determinado por ela. Esta concepção também está presente em Varanda e Bocayuva (2009), que afirmam que a ciência, a técnica e a tecnologia não são neutras e expressam conteúdos de classe, ou seja, a tentativa de controle de uma classe sobre outra. Estes autores também trazem uma visão ampliada do conceito: “A tecnologia é compreendida (...) como o conjunto dos instrumentos, meios, relações e métodos que se articulam – enquanto base material e organização do trabalho – nos distintos modos de produção” (Varanda; Bocayuva, 2009, p. 13).

Outro autor a tratar do problema da intercambialidade entre as fábricas capitalistas convencionais e as fábricas que são guiadas pela autogestão dos trabalhadores com vistas a superação do sistema capitalista é Istvan Mészáros. O autor alerta em seu livro, *Para além do capital*, da incompatibilidade dos dois modelos e segundo ele:

produção de alimentos não são sustentáveis ao planeta, estas não poderiam ser adotadas, mesmo com a superação das relações capitalistas de produção.

Este postulado da neutralidade material/instrumental é tão sensato quanto a idéia de que o *hardware* de um computador pode funcionar sem o *software*. E até mesmo quando se chega a ter a ilusão de que isto poderia ser feito, já que o “sistema operacional” etc não precisa ser carregado separadamente de um disquete ou disco rígido, o *software* relevante já estava gravado no *hardware*. Por isso, nenhum *software* pode ser considerado “neutro” (ou indiferente) aos propósitos para os quais foi inventado.

O mesmo vale para as fábricas construídas para os propósitos capitalistas, que trazem as marcas indeléveis do “sistema operacional” – a divisão social hierárquica do trabalho – com o qual foram constituídas. Para ficar com a analogia do computador, um sistema estruturado em torno de uma CPU é bastante inadequado para um sistema operacional dividido para processadores paralelos “descentralizados”, e vice-versa. Portanto, um sistema produtivo que se proponha a ativar a participação plena dos produtores associados requer uma multiplicidade adequadamente coordenada de “processos paralelos”, além de um sistema operacional correspondente que seja radicalmente diferente da alternativa centralmente operada, que seja a capitalista ou as famosas variedades pós-capitalistas de economias dirigidas, apresentadas enganosamente como de “planejamento” (MÉSZÁROS, 2002, p. 865).

Marx aponta que uma característica importante das novas tecnologias que surgem na Inglaterra no início do século XIX, é o fato de serem orientadas pelos interesses da classe controladora dos meios de produção. “Poder-se-ia escrever toda uma história dos inventos que a partir de 1830, surgiram apenas como armas do Capital contra os motins operários” (MARX, 2013, p. 508).

Essas novas tecnologias são desenvolvidas, em grande parte, pelos engenheiros e administradores das empresas, ou seja, uma classe de trabalhadores que desempenham papéis ligados diretamente aos interesses do Capital. A subjugação do trabalho em relação ao capital pode não ser o objetivo principal desses trabalhadores, mas por partirem de um pressuposto de valorização deste e maximização da exploração do trabalho, esses profissionais acabam atuando nesse sentido.

Compreendendo a tecnologia como sendo o conjunto dos instrumentos, meios, relações e métodos que se articulam – enquanto base material e organização do trabalho, a mera aceitação das técnicas de gestão da produção (*software*) e a maquinaria das empresas (*hardware*) como sendo neutras, poderíamos então, contribuir para a replicação de um modelo tipicamente capitalista no interior de uma empresa que se propõe mais horizontalizada, já que não é problematizado o contexto e os objetivos no qual essas tecnologias foram desenvolvidas, assim como outras questões que abrangem a vida útil das mercadorias (obsolescência programada), consumismo, meio ambiente e outros pontos que muitas vezes ficam a margem dos interesses da produção capitalista.

Conforme buscamos apontar anteriormente, entendemos não ser a tecnologia, o fator determinante para que uma empresa seja ou não de autogestão dos trabalhadores. Mas a simples aceitação desses métodos, podem contribuir para o distanciamento dos objetivos

autogestionários e, até mesmo, dificultar o desenvolvimento de novas tecnologias que surgirão. Fica indicado, que as técnicas e as tecnologias são tratadas com grande importância pelos capitalistas, não só pelas questões financeiras, mas também pela manutenção do controle da produção em suas mãos. Por meio de técnicas que perpetuem o papel do capitalista na produção, ele busca assegurar o atual modelo como única forma possível de produção.

Sobre a maneira como opera o capitalista, Dagnino (2005) aponta que:

[...] ao introduzir inovações, o capitalista não estaria buscando só a acumulação de capital, mas também o controle do processo de produção no interior da empresa. Suas decisões técnicas seriam tomadas tendo como objetivo reforçar seu poder e manter sua capacidade de tomar, no futuro, decisões semelhantes. Nesta interpretação, a posse da iniciativa técnica, (ou o controle das decisões de natureza técnica) possui um poder de determinação semelhante e complementar à posse do capital. Ela é o que assegura ao capitalista seu lugar privilegiado – enquanto classe – na pirâmide sócio-econômica e de poder político na sociedade capitalista. A manutenção do controle técnico não seria então o efeito de um imperativo tecnológico, mas da maximização do poder de classe sob as circunstâncias especiais de sociedades capitalistas. Essa situação permite entender o modo específico através do qual se dá o conflito social na esfera técnica: se alternativas tecnicamente comparáveis possuem implicações distintas em termos da distribuição do poder, e se ocorre alguma disputa entre trabalhadores e capitalistas (ou os representantes técnicos, os engenheiros), tende a ser escolhida aquela que favorece o controle do processo por estes últimos (DAGNINO, 2005, p. 8).

Com a ideia de uma apropriação das técnicas (disponíveis no capitalismo) por parte das empresas recuperadas, surge então a adequação sócio-técnica. Apropriação essa que pode ser entendida como:

[...] um processo que busca promover uma adequação do conhecimento científico e tecnológico (esteja ele já incorporado em equipamentos, insumos, e formas de organização da produção, ou ainda sob a forma intangível e mesmo tácita), não apenas aos requisitos e finalidades de caráter técnico-econômico, como até agora tem sido o usual, mas ao conjunto de aspectos da natureza, sócio-econômica e ambiental que constituem a relação ciência, tecnologia e sociedade (DAGNINO, 2005, p. 9).

A adequação sócio-técnica pode ser entendida então como um processo contínuo no qual a empresa recuperada e seus trabalhadores, desenvolvem e adéquam tecnologias, voltadas a objetivos como a participação democrática no processo de trabalho, ao atendimento de requisitos relativos ao meio-ambiente (através, por exemplo, da vida útil das máquinas e equipamentos), a saúde dos trabalhadores e dos consumidores e a sua capacidade autogestionária. .

É importante deixar indicado, que o modo de produção capitalista, depende do fluxo permanente de produção e reprodução de mais-valor, independente de como se organize essa empresa (mais horizontalizada, maior participação dos trabalhadores, combate a obsolescência planejada, e etc.).

Qualquer que seja a forma social do processo de produção, este tem de ser contínuo ou percorrer, periodicamente, sempre de novo, as mesmas fases. Uma sociedade não pode parar de consumir, tampouco deixar de produzir. Considerando em sua permanente conexão e constante fluxo de sua renovação, todo processo social de produção é, portanto, ao mesmo tempo, processo de reprodução (MARX, 1984, *apud* NETTO, 2008, p. 124).

Independentemente de como se produz no capitalismo, estando sob sua lógica de constante valorização, aquele capitalista ou grupo de trabalhadores que detenham o controle do capital e “não pretendam aumentar a escala de seus negócios ou se recusem a fazê-lo acabam naufragando no mar da concorrência, terminam engolidos pelos outros que ampliaram seus investimentos (...)” (NETTO, 2008, p. 125). O estudo da técnica utilizada nas empresas recuperadas por trabalhadores, não pode sobrepor a questão da relação capital x trabalho em um horizonte para além do modo de produção capitalista.

Existe hoje uma grande discussão em relação a intercambialidade das técnicas capitalistas no interior das empresas recuperadas por trabalhadores. Neste capítulo, buscamos apenas apresentar de maneira breve, alguns pontos desse embate, trazendo mais uma questão para o rol das pesquisas em relação a autogestão.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se nesta pesquisa, realizar alguns apontamentos sobre a autogestão e indicar alguns debates correlatos sobre o tema. A experiência apresentada por Henriques (2014), vivenciada nos empreendimentos recuperados por trabalhadores, por exemplo, possibilitou ao autor “comparar, em um mesmo setor industrial, na mesma planta fabril, as suas condições de trabalho e as inovações que conseguiram realizar sem a presença dos proprietários dos meios de produção” (HENRIQUES, 2014, p. 80).

Nas bibliografias consultadas, nos pareceu clara a ideia de que, a “expropriação dos expropriadores”, por si só, não é capaz de alterar a estrutura do capital. Essa tomada de controle por parte dos trabalhadores, não necessariamente abole a antiga estrutura de exploração, fazendo com que os próprios trabalhadores (coletivo), desempenhem o papel do capitalista (individual). Pode-se dizer que “a expropriação dos expropriadores é apenas um pré-requisito, significando quase nenhuma alteração naquilo que é essencial, a necessidade do controle global do processo de trabalho pelos produtores associados” (NOVAES, 2007, p. 308). Para Mészáros (2011, p.11) o sistema sociometabólico do capitalismo é formado pelo tripé capital, trabalho assalariado e Estado, o controle de apenas uma de suas bases não é capaz de inviabilizá-lo.

A relação de troca à qual o trabalho está submetido não é menos escravizante que a separação e a alienação das condições materiais de produção dos trabalhadores. Ao reproduzir as relações de troca estabelecidas em uma escala ampliada, o trabalho pode apenas multiplicar o poder da riqueza alienada sobre ele próprio (NOVAES, 2007, p. 309).

A simples assunção dos trabalhadores ao controle das organizações, não necessariamente as tornam independentes ao capital. A discussão apresentada no tópico 4.2, do presente ensaio, trouxe então mais um elemento para ser analisado. Trata-se da crítica ao uso da ciência e tecnologia capitalista, como forma de manutenção do modo de produção vigente, ou ao menos o enfraquecimento de um modelo porvir.

Em relação à utilização das técnicas capitalistas, de maneira intercambiável entre diferentes modos de produção, nos pareceu importante a indicação do debate em relação às sementes transgênicas (e todo o seu arsenal químico) utilizadas na agricultura. Essa discussão nos mostra que a simples aceitação das técnicas e tecnologias utilizadas de maneira hegemônica na produção, acabam por encobrir temas que vão muito além da produção em si, abarcando questões culturais, sociais, sustentáveis, entre outros pontos.

Mesmo indicando a importância do tema, mostrando o quanto complexo e delicado pode ser esse assunto, buscamos lembrar que a **forma** de se produzir (materializado na

tecnologia e técnicas de gestão) não pode ser tratada como a panaceia para a implementação de uma sociedade autogestionária. Antes, o **conteúdo** (modo de produção e reprodução) da sociabilidade capitalista, necessariamente precisa ser alterado. Caso contrário, até aquelas organizações que desenvolvam em seu interior, as mais avançadas práticas autogestionárias, estarão fadadas ao encerramento caso não respondam aos interesses da produção/reprodução capitalista.

O que se desponta aqui, é a busca por outra sociabilidade, capaz de oferecer maior desenvolvimento humano e possibilidades para além do capital.

A submissão das necessidades humanas ao poder alienante da expansão do capital, a desumanização do trabalho vivo transformado em mercadoria, a taxa de utilização sempre decrescente dos bens e serviços que põe em colapso o meio ambiente, são alguns dos fenômenos que destacam o caráter incontrolável e totalizador do sistema que enlaça todas as relações e esferas sociais sob os mesmos imperativos da viabilidade produtiva. Todavia, ainda que as complicações advindas desse quadro não possam ser refutadas nem mesmo pelas apologéticas hegemônicas, não podemos, igualmente, cair no ilusório discurso de que o capitalismo está sentenciado ao "ponto de não-retorno" do colapso geral, não obstante sua indiscutível capacidade de reinvenção (JOVINO, 2012, p. 7).

Algumas outras questões problemáticas como as cooperativas que atuam em desfavor dos trabalhadores (coopergatos)²⁹, não tiveram nesta pesquisa uma abordagem aprofundada, entretanto, fica indicado a grande importância que o tema carrega em relação ao mundo do trabalho e aos trabalhadores em geral. Ainda mais em um contexto de precarização das leis trabalhistas e crescente desemprego³⁰.

Com a conclusão das pesquisas realizadas no presente trabalho, percebe-se que são muitas as contradições que se apresentam no interior das organizações que buscam a autogestão. A busca pela manutenção ou recuperação dos empregos perdidos, desponta como motivador principal dessa batalha. Nesse sentido, o movimento autogestionário, tem

²⁹ **“Coopergatos” são falsas cooperativas**, que funcionam como as empresas em geral, isto é, possuem estrutura hierárquica em que alguns mandam e todos os demais trabalhadores obedecem, sob pena de serem afastados do trabalho ou demitidos. Utilizam do modelo legal das cooperativas para explorar ainda mais os empregados, precarizando os direitos garantidos pela CLT. Os trabalhadores nunca são consultados sobre a sociedade e os destinos do negócio. A grande maioria destas organizações são “cooperativas de mão-de-obra”, cuja finalidade única é arrecitar e cadastrar um grande número de trabalhadores e disponibilizá-los a empresas tomadoras. Funcionam como agências de mão-de-obra, mas, neste caso, não lhes são assegurados os direitos trabalhistas (CLT). Disponível em < <http://www.unisolbrasil.org.br/o-que-e-falso-cooperativismo>>. Acesso em 27 de Novembro de 2018.

³⁰ No meio do furacão da crise que agora atinge o coração do sistema capitalista, vemos a erosão do trabalho relativamente contratado e regulamentado, herdeiro da era taylorista e fordista, modelo dominante no século XX – resultado de uma secular luta operária por direitos sociais – que está sendo substituído pelas diversas formas de “empreendedorismo”, “cooperativismo”, “trabalho voluntário”, “trabalho atípico”, formas que oscilam entre a superexploração e a própria autoexploração do trabalho, sempre caminhando em direção a uma precarização estrutural da força de trabalho em escala global (MÉSZÁROS, 2011, p. 13).

representado muito mais um posicionamento defensivo por parte dos trabalhadores, do que uma postura ofensiva e revolucionária (NOVAES, 2007, 336).

Nosso papel até aqui, foi o de apresentar, mesmo que de forma introdutória, a discussão ao redor da autogestão. Procuramos indicar algumas das contradições e limitações dessas experiências práticas. Tema esse que apresenta variados autores e linhas de pesquisas.

Apresentamos algumas discussões que necessitam serem revisitadas e aprofundadas. Buscamos trazer à baila, um tema de grande importância e atualidade para a sociedade, e principalmente, para a comunidade acadêmica da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Fica indicado, que sequer consta nas grades curriculares da FACC tal conteúdo. O que reforça o apontamento, no qual as ciências administrativas (representando os interesses do capital), dificilmente (ou de maneira precária) tratam de formas históricas de luta dos trabalhadores por um novo modo de produção.

6 REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto de. Autogestão. In: CATTANI, Antônio David. **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.
- ANDRADE, Everaldo de Oliveira. **A comuna de Paris e a democracia dos conselhos**. 118. ed. São Paulo: Revista espaço acadêmico, 2011.
- ANTUNES, Paulo Fernando Rocha. **Marx, maquinaria e grande indústria: o desenvolvimento tecnológico no Livro I de Das Kapital**. Bahia: Revista de Filosofia Amargosa, 2017.
- BARBIERI, Estela Maria; SÍGOLO, Vanessa Moreira. **Economia Solidaria e Autogestão: Encontros Internacionais**. São Paulo: NESOL - USP, 2007. p. 29 – 46.
- BENINI, Édi Augusto et al. **Intercambio social e convergência política para a integração orgânica do trabalho associado: a perspectiva da autogestão global**. Mato Grosso do Sul: *Autogestão, Economia dos trabalhadores & Educação Popular*, 2015.
- BENINI, Édi Augusto; BENINI, Elcio Gustavo. **A Construção do Trabalho Associado Sob a Hegemonia Estatal: Organização, Solidariedade e Sociabilidade**. Bahia: Revista Organizações e Sociedade, 2015.
- BERTHIER, René. **Concepções anarco-sindicalistas da autogestão**. In: BERTHIER, René; LEVAL, Gaston; MINTZ, Frank. *Autogestão e anarquismo*. São Paulo: Imaginário, 2002. p. 61-73.
- DAGNINO, Renato. **Em direção a uma teoria crítica da tecnologia**. In: *Tecnologia Social: contribuições conceituais e metodológicas*. Campina Grande: EDUEPB, 2014.
- DAGNINO, Renato; NOVAES, Henrique Tahan, **A Adequação Sócio-Técnica na agenda do Complexo de C&T e dos Empreendimentos autogestionários**. XI Seminário Latino-Iberoamericano de Gestión Tecnológica. Salvador: ALTEC, 2005.
- DAL RI, Neusa Maria; VIEITEZ, Candido Giraldez. **O controle dos trabalhadores na CIPLA, indústria de plásticos**. Marília: Revista ORG & DEMO, 2007.
- DIAS, Emerson de Paulo. **Conceitos de Gestão e Administração: Uma revisão Crítica**. 1. ed. Franca: Revista Eletrônica de Administração, 2002.
- FARIA, José Henrique de. **Gestão participativa: relações de poder e de trabalho nas organizações**. São Paulo: Editora Atlas, 2009.
- FERNANDES, Raquel Aragão Uchôa. **Entre o chão e a gestão da fábrica: As trajetórias dos trabalhadores da FACIT**. Tese (doutorado) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- GUILLERM, Alain; BOURDET, Yvon. **Autogestão: uma mudança radical**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1976.
- HENRIQUES, Flávio Chedid. **Autogestão em empresas recuperadas por trabalhadores**. Florianópolis: Insular, 2014.

- HENRIQUES, Flávio Chedid. **As empresas recuperadas por trabalhadores no Brasil: Resultados de um levantamento nacional.** Rio de Janeiro: IPEA - mercado de trabalho, 2013.
- HENRIQUES, Flávio Chedid; THIOLENT, Michel Jean-Marie. **Empresas recuperadas por trabalhadores no Brasil e na Argentina.** Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, 2013 B.
- JOVINO, Wildiana Kátia Monteiro. **Marx e Mészáros: uma análise da crise do capital e da transição socialista.** VII CEMARX - Colóquio internacional Marx e Engels, GT 09 - Socialismo no Século XXI. Fortaleza: 2012.
- KEIL, Ivete Manetzeder; MONTEIRO, Silvio Tavares. **Os pioneiros de Rochdale e as distorções do Cooperativismo na América Latina.** São Leopoldo: 1982
- LUKÁCS, György. **História e Consciência de Classe.** São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- LUKÁCS, György. **Socialismo e democratização: Escritos políticos 1956 – 1971.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.
- LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou revolução?** São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- MARCUSE, Herbert. **Cultura e Sociedade.** 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- MARX, Karl. **A guerra civil na França.** São Paulo: Boitempo editorial, 2011.
- MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da economia Política.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte.** São Paulo: Boitempo editorial, 2011b.
- MARX, Karl. **O Capital.** São Paulo: Boitempo editorial, 2017. 1 v.
- MARX, Karl. **Das Kapital.** Kritik der politischen Ökonomie. MEW, 1962 (1867); vol. 23 (**O Capital**. Crítica da Economia Política. Moscovo-Lisboa: Edições Progresso-Edições «Avante!», 1990-1997. Livro I, tomo 1 a 3)
- MARX, Karl. **Trabalho Assalariado e Capital.** São Paulo: Editorial Avante, 1982. p. 142-177.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã.** São Paulo: Boitempo editorial, 2007.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista.** São Paulo: Boitempo editorial, 2005.
- MÉSZÁROS, István. *A Crise Estrutural do Capital.* São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.
- MÉSZÁROS, István. **Para além do capital.** Campinas: Boitempo Editorial/Editora da Unicamp, 2002.
- MOTHÉ, Daniel. **Autogestão.** In: Dicionário Internacional da outra economia. São Paulo: Almedina, 2009. p. 26-30.
- MOTHÉ, Daniel. **Balanco Crítico do Conceito de Autogestão na França.** In: Economia Solidária e Autogestão: Encontros Internacionais. São Paulo: NESOL – USP, 2005. p. 102 – 118.

NASCIMENTO, Cláudio. **Autogestão: Palavra e Ideia.** In: Mello, Sylvia Lesser de; BARBIERI, Estela Maria; SÍGOLO, Vanessa Moreira. *Economia Solidaria e Autogestão: Encontros Internacionais Vol 2.* NESOL - USP, ITCP – USP, São Paulo, 2007, p. 29 – 46.

NASCIMENTO, Claudio. **Do Beco dos Sapos aos canaviais de Catende: Os ciclos de lutas pelo socialismo autogestionário.** Marília: Lutas anticapital, 2019.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao Estudo do Método de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica,** São Paulo: Editora Cortez, 2008.

NOVAES, Henrique Tahan. **As bases sócio-históricas do socialismo autogestionário: a contribuição de István Mészáros.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NOVAES, Henrique Tahan. **O fetiche da tecnologia: A experiência das fábricas recuperadas.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

PONGE, Robert. **A Comuna de Paris (1871).** Disponível em <<http://web.archive.org/web/20091022154424/http://geocities.com/textosdiversos/comunaparisphere.html>>. Acesso em 19 de jun. de 2019.

RAGO FILHO, Antonio. **APRESENTAÇÃO.** In; MARX, Karl. **A guerra civil na França.** São Paulo: Boitempo editorial, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social.** São Paulo: Boitempo, 2007.

SARDÁ DE FARIA, Maurício. **Autogestão, Cooperativa, Economia Solidária: Avatares do Trabalho e do Capital.** Florianópolis: UFSC, 2011.

SILVA, Isabel Cristina da.; SILVA, Késia. Aparecida. Teixeira.; FREITAS, Rodrigo. Cassimiro de. **Ensino de Administração: Reflexões Críticas sobre a Formação do Administrador.** Brasília: ENEPQ, 2013.

SWEEZY, Paul Malor. **Teoria do desenvolvimento capitalista.** Rio de Janeiro: Zahar, 1962.

TADOKORO, Ricardo Takayuki. **Flaskô na contramão: A experiência de controle operário em uma fábrica ocupada no Brasil.** Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.

TAYLOR, Frederick Winslow. **Princípios da Administração Científica.** 7. ed. São Paulo: Editora Atlas, 1970.

TIRIBA, Lia. **Trabalho, educação e autogestão: desafios frente à crise do emprego.** São Leopoldo: Educação Unisinos, 2009.

TIRIBA, Lia. **Trabalho, educação e autogestão: desafios frente à crise do emprego.** Disponível em:< <http://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/4575/4212>>. UFMG, 2002. Acesso em Novembro de 2018.

TRAGTENBERG, Maurício. **Burocracia e Ideologia.** 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1977.

TRAGTENBERG, Maurício. **Reflexão sobre o socialismo**. 8. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

VARANDA, Ana Paula de Moura; Bocayuva, Pedro Cláudio Cunha. **Tecnologia Social, Autogestão e Economia Solidária**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

VERAGO, Josiane Lombardi. **Autogestão, controle operário e a questão de classe**, 2011.

VIANA, Nildo. **Autogestão e ideologia**. Revista Marxismo e Autogestão, 2014.

VIANA, Nildo. **O que é autogestão?** Revista Enfrentamento, 2007.

VIEITEZ, Candido Giraldez; DAL RI, Neusa Naria. **Trabalho Associado: cooperativas e empresas de autogestão**. Rio de Janeiro: DPA, 2001.

ZAMORA, Martín Andrés Moreira. **Autogestão e emancipação dos trabalhadores: limites das cooperativas na produção capitalista**. Porto Alegre: REBELA, 2014. 4 v.